

gerap
sedin

SERIE ESTUDOS E DOCUMENTOS

n.3

mobral
dez anos
de atuação

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

João Figueiredo

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Eduardo Portella

PRESIDENTE DO MOBRAF

Arlindo Lopes Corrêa

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MOBRAF

Marília Santos da Franca Vellozo

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO MOBRAF

Rosa Maria Teixeira Basto O'Shea

Ministério da Educação e Cultura — MEC
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL

mobral dez anos de atuação

por: Roberto Mario Cunha da Costa

Rio de Janeiro
1980

FICHA CATALOGRÁFICA
(Preparada pela Fundação Movimento Brasileiro de
Alfabetização — MOBRAL — GERAP/SEDIN)

C 875 Costa, Roberto Mario Cunha da
MOBRAL; dez anos de atuação. Rio de Janeiro,
MOBRAL, 1980.
111p. rab. 31 cm.

1. EDUCAÇÃO DE ADULTOS — RELATÓRIO.
2. FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFA-
BETIZAÇÃO — EVOLUÇÃO. I. Fundação Movimento
Brasileiro de Alfabetização. II. Título.

cdu: 374.7(047)
658.115:374 "71"
cdd: 374.020262
374.2909047

ÍNDICE

SEÇÃO I - SITUAÇÃO GLOBAL	5
A - Contexto Nacional Geral	7
B - Informações Progressas Sobre o Analfabetismo	11
C - Situação Corrente do Analfabetismo	14
D - Políticas de Alfabetização, Objetivos, Estratégias e Conjunto de Metas. Suas Relações com as Políticas de Desenvolvimento Nacional	16
E - Resultados Gerais dos Programas de Alfabetização: Objetivos Versus Resultados, Custos Versus Benefícios	20
SEÇÃO II - O PLANEJAMENTO DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO...	23
A - O Planejamento da Alfabetização e o Planejamento Global	24
B - Estratégia Geral Adotada para o Planejamento da Alfabetização	26
C - Aspectos Incluídos e Metodologias Usadas para Elaborar os Planos de Alfabetização nos Níveis Nacional/Estadual/Regional/Local/Comunitário	28
D - Participação e Coordenação na Preparação dos Planos de Alfabetização	31
E - Aspectos Econômicos e Financeiros	33
SEÇÃO III - A GERÊNCIA DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO	37
A - Estrutura Organizacional nos Níveis Nacional e Sub-Nacional	38
B - Relações com Outras Administrações Públicas e o Setor Privado	42
C - Principais Funções Administrativas Desempenhadas e Técnicas Usadas	44
D - Pessoal (Recrutamento, Treinamento, Organização e Remuneração)	50
E - Recursos (Materiais, Técnicos e Financeiros)	60

SEÇÃO IV - TREINAMENTO EM ALFABETIZAÇÃO: CURRÍCULO E	
ENFOQUE DAS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM	65
A - Enfoque Adotado das Necessidades de Aprendizagem:	
Estágios de Alfabetização e Pós-Alfabetização	66
B - Conteúdos, Programas e Desenvolvimento do Currículo..	70
C - Material Didático	75
D - Métodos e Veículos de Treinamento	77
E - Avaliação dos Resultados	79
 SEÇÃO V - AVALIAÇÃO E MONITORIA DOS PROGRAMAS DE	
ALFABETIZAÇÃO	83
A - Sistemas de Avaliação Pré-Programática, Formativa	
e Posterior	84
B - Áreas de Maior Interesse Merecedoras de Avaliação	
Profunda	86
C - Indicadores Usados para Relatar Objetivos e	
Resultados, Custos e Benefícios	87
D - Sistemas de Informação e Processamento de Dados	
Usados	89
E - Técnicas de Monitoria em Programas de Alfabetização..	91
 SEÇÃO VI - PESQUISA PARA PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DA	
ALFABETIZAÇÃO	95
A - Áreas Prioritárias Identificadas para Pesquisa	96
B - Pesquisas e Estudos já Realizados e em Andamento.	
Arranjos Institucionais para a Pesquisa	97
C - Enfoques e Métodos Utilizados. Organização,	
Gerências e Custos	101
D - Utilização dos Resultados das Pesquisas	103
E - Pesquisas Propostas para o Futuro	104
 SEÇÃO VII - SUMÁRIO E CONCLUSÕES. EXPERIÊNCIAS, LIÇÕES,	
PERSPECTIVAS, SUGESTÕES	105

SEÇÃO I - SITUAÇÃO GLOBAL

- A - Contexto nacional geral
- B - Informações progressas sobre o analfabetismo
- C - Situação corrente do analfabetismo
- D - Políticas de alfabetização, objetivos, estratégias e conjunto de metas.
Suas relações com as políticas de desenvolvimento nacional
- E - Resultados gerais dos programas de alfabetização: objetivos versus resultados, custos versus benefícios

A - CONTEXTO NACIONAL GERAL

Neste estudo de caso vamos apresentar a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, órgão encarregado, no Brasil, da alfabetização e educação continuada de adolescentes e adultos, ao longo de sua fase operacional, iniciada em 8 de setembro de 1970.

No decurso desses dez anos de atividades, tanto o contexto mundial, como o nacional, mudaram bastante. Também o MOBRAL evoluiu, em parte como consequência dessas mudanças, mas principalmente em decorrência da própria dinâmica de suas ações e dos resultados que obteve.

O problema do analfabetismo, no Brasil, é muito antigo. Remonta à época da dominação portuguesa, que se estende até 1822; atravessa todo o período monárquico sem solução, até a proclamação da república, em 1889; e desafia as tímidas tentativas para resolvê-lo, nos setenta primeiros anos do século atual. Mostraremos em detalhes esta evolução na letra B desta seção.

A economia brasileira, durante todo o Império e grande parte da República, era de cunho eminentemente agrícola e pastoril. O algodão, o café, a borracha, a cana-de-açúcar, a pecuária e a mineração, em ciclos regionais, sustentavam uma sociedade muito pouco industrializada. A partir de 1930, no entanto, tomam corpo as tentativas, a princípio incipientes, de industrialização. A guerra de 1939/1945 acelera o processo de substituição das importações de manufaturados, que se constitui no motor de um surto industrial que se intensifica a partir dos anos 50. O início da década de 60, no entanto, apresenta um declínio neste ritmo de crescimento (ver quadro I.A.1) e o agravamento das tensões sociais, em paralelo com o recrudescimento de um processo inflacionário crônico (ver quadro I.A.2). Em 1964 uma revolução evitou a instalação do caos social e o novo governo dedicou-se, inicialmente, à redução das taxas inflacionárias e à retomada do ritmo de desenvolvimento econômico.

É oportuno observar que a população brasileira cresce a taxas muito altas, acima de 3% ao ano, e que crescimento econômico

abaixo desta taxa significa, na realidade, decréscimo na renda per capita. Além disso, e também como consequência da expansão demográfica, para a manutenção do nível de emprego têm que ser criados, anualmente, cerca de um milhão de novos empregos.

Os últimos anos da década de 60 e os primeiros da década de 70 apresentaram os mais elevados índices de crescimento de toda a história brasileira (ver quadro I.A.1) mostrando o acerto da política econômica adotada.

No entanto, com a crise mundial do petróleo, a partir de 1975, novamente a economia brasileira deparou-se com graves dificuldades, que procura superar através um modelo de grande incentivo às exportações, cujo crescimento possa fazer frente ao déficit de sua balança de pagamentos, que já acumulou uma dívida externa de mais de 50 bilhões de dólares americanos. Há grandes esperanças no programa de criação de fontes alternativas de energia, para diminuir a importação atual de petróleo, cerca de um milhão de barris por dia (o equivalente a cerca de 80% do consumo). A energia hidroelétrica e o álcool de cana são os principais itens desse programa, que também inclui álcool de mandioca, de babaçu, e a exploração do xisto betuminoso e do carvão mineral, entre outros. Paralelamente a Petrobrás tenta encontrar novas áreas produtoras de petróleo, principalmente na plataforma continental. O programa energético nuclear prepara a instalação de usinas atômicas geradoras de eletricidade. A primeira deve entrar em funcionamento em 1981.

Embora o combate à inflação não esteja obtendo, ainda, resultados expressivos (ver quadro I.A.2), o crescimento econômico (ver quadro I.A.1) e a taxa nacional de emprego têm sido sustentados em níveis bastante satisfatórios, até os dias atuais.

Podemos resumir os objetivos mais importantes da atual política econômica brasileira nos seguintes itens:

- estabilização e posterior declínio do ritmo inflacionário;
- busca do equilíbrio da balança de pagamentos;
- manutenção de taxas positivas de crescimento econômico, pelo

menos superiores às taxas de expansão demográfica;

- manutenção e eventual melhora dos níveis de emprego;

- melhor distribuição da renda nacional.

No plano político, o governo empenha-se em processo gradual, porém seguro, de abertura democrática, procurando aprimorar o modelo político brasileiro.

QUADRO I.A.1

BRASIL
 VARIAÇÕES PERCENTUAIS DO PRODUTO INTERNO BRUTO
 (CRESCIMENTO)

ANOS	TAXAS	ANOS	TAXAS
1960	9,7	1970	8,8
1961	8,3	1971	13,3
1962	5,2	1972	11,7
1963	1,5	1973	14,0
1964	2,9	1974	9,8
1965	2,7	1975	5,6
1966	3,8	1976	9,0
1967	4,8	1977	4,7
1968	11,2	1978	6,0
1969	10,0	1979	6,4

FONTE: CCN - IBGE - FGN

QUADRO I.A.2

BRASIL
 EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO

ANOS	TAXAS	ANOS	TAXAS
1960	30,5	1970	19,2
1961	47,7	1971	19,8
1962	51,3	1972	15,5
1963	81,3	1973	15,7
1964	91,9	1974	34,5
1965	34,5	1975	29,4
1966	38,8	1976	46,3
1967	24,3	1977	38,8
1968	25,4	1978	40,8
1969	20,2	1979	77,2

FONTE: Conjuntura Econômica - IBE - FGV

B - INFORMAÇÕES PREGRESSAS SOBRE ANALFABETISMO

O processo colonial português utilizava como uma de suas principais armas de dominação a manutenção da população do Brasil na ignorância. Para isso desincentivava e até mesmo proibia iniciativas de ordem educacional e cultural, na colônia. A independência, conseguida em 1822, transformou o Brasil numa monarquia, regime aristocrático e escravocrata que não tinha muito interesse em modificar substancialmente este estado de coisas. De qualquer modo, algum progresso foi conseguido, especialmente na segunda metade do período monárquico.

A república, proclamada em 1889, apenas um ano após a abolição da escravatura, encontrou índices de analfabetismo alarmantes, como o demonstrou logo o censo de 1890 (ver quadro I.B.1).

QUADRO I.B.1

EVOLUÇÃO DO ANALFABETISMO, NO BRASIL

ANO	ANALFABETOS	TOTAL	PERCENTAGEM
1872 *	8.363.937	9.930.478	-
1890 *	12.213.356	14.433.915	-
1900	6.371.660	9.752.111	65,3%
1920	11.401.715	17.557.282	64,9%
1940	13.329.779	23.709.763	56,2%
1950	15.332.644	30.249.423	50,7%
1960	15.815.903	40.187.590	39,4%
1970	18.146.977	54.008.604	33,6%

FONTE: Anuário Estatístico - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - 1976.

* Os censos de 1872 e 1890 consideravam analfabetos as pessoas que não sabiam ler ou escrever, com qualquer idade. Por isso, a coluna de total, para esses anos, apresenta o total de habitantes do país. A partir de 1900, só são considerados os analfabetos de 15 anos ou mais. A coluna total, a partir de 1900, apresenta o total de pessoas de 15 anos ou mais, existentes no país.

Apesar das tentativas episódicas para melhorar o nível educacional da população brasileira, o fato é que o modelo econômico, baseado em monoculturas regionais, dispensava uma melhor qualificação da mão-de-obra empregada. As classes dirigentes, como no império, aprimoravam-se nos poucos estabelecimentos de ensino superior do país e, principalmente, no estrangeiro. Sua formação centrava-se em áreas de pequena ou nenhuma aplicação prática, o que também se amoldava perfeitamente à estrutura de produção. Os censos sucessivos refletiam a lenta evolução dos índices de alfabetização, como conseqüência da também lenta melhoria do ensino fundamental. No entanto, o número absoluto de analfabetos crescia inexoravelmente, mostrando que aquela melhora não era suficiente para acompanhar nossa verdadeira explosão demográfica (ver quadro I.B.1).

A partir de 1930 e, principalmente, depois do término da segunda grande guerra, o processo de industrialização passou a exigir, cada vez mais, operários qualificados, o que aumentou a necessidade de melhor educação para as massas.

A chamada Escola Nova, grupo de educadores influenciados principalmente pelas idéias de John Dewey, sacudia o marasmo de nossas instituições educacionais, a partir da década de 20, e conseguia mesmo implantar algumas reformas importantes em sistemas estaduais de ensino, como as de São Paulo, em 1920; Ceará, 1923; Bahia, 1925; Minas e Distrito Federal em 1928; Pernambuco, 1929, entre outras.

Em 1930 cria-se o Ministério da Educação e Saúde. Pela primeira vez, no Brasil, a educação era reconhecida como um assunto tão importante que merecesse um ministério próprio, embora dividindo-o com a saúde. Só em 1953 aparece o Ministério da Educação e Cultura, passando a Saúde a constituir outro ministério, autônomo.

Especificamente contra o analfabetismo surge, em 1915, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo; em 1932, a Cruzada Nacional de Educação; em 1933, a Bandeira Paulista de Alfabetização; em 1947, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos; em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (desmembrada de CEAA); em

1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo; em 1960, o Movimento de Cultura Popular, do Recife, logo reproduzido em outras cidades; em 1961, o Movimento de Educação de Base; também em 1961, a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo; em 1962, o Programa de Emergência; em 1963, o Plano Nacional de Educação; em 1964, a Comissão Nacional de Cultura Popular; e em 1966, a Cruzada de Ação Básica Cristã.

A lista das tentativas de lutar contra o analfabetismo, no Brasil, como se vê, é longa. Elas certamente obtiveram resultados, alguns melhores, outros piores. Mas, infelizmente, seu melhor produto parece ter sido a conscientização crescente da nação brasileira para se mobilizar em favor da alfabetização. Os resultados reais obtidos quase sempre foram muito pequenos, como o demonstrou cabalmente o censo de 1970. Apesar de continuar declinante a percentagem de analfabetos, este declínio era lento: tínhamos ainda 33,6% de adultos analfabetos, em 1970. E, o que é pior, o número absoluto de analfabetos continuava crescendo: atingia a 18,1 milhões, em 1970.

C - SITUAÇÃO CORRENTE DO ANALFABETISMO

Graças à ação do MOBREAL, a partir de 1970, a situação atual do analfabetismo, no Brasil, finalmente apresenta-se mais promissora. Nestes dez anos de sua efetiva atuação conseguiu-se uma substancial redução nos índices de analfabetismo. Conseguiu-se, principalmente, e pela primeira vez no Brasil, reduzir também, e de modo marcante, o número absoluto de analfabetos.

No final de 1979 ainda existiam, no Brasil, de acordo com as estimativas do MOBREAL, 7.700.000 adultos maiores de quinze anos analfabetos, ou seja, cerca de 11,1% da população adulta. A distribuição desses analfabetos pelo grande território brasileiro (oito e meio milhão de quilômetros quadrados) é muito irregular. De um modo geral eles se concentram nos estados menos desenvolvidos da federação, nas zonas rurais e nas periferias das grandes cidades.

A posição das metas estabelecidas para 1980 e o conveniamento alcançado, estado por estado, até 30 de junho de 1980, estão especificados no quadro I.C.1.

POSICÃO DE CONVENIAMENTO

INFORMAÇÕES RECEBIDAS P/GEFAC

HOJE: 1.647.510

ATE 14h30m

ANTERIOR: 1.641.035

ATUALIZADO: 27/06/80

AUMENTO GERAL: 6.475

EM: 27/06 DE 1979: 1.658.658

U. F.	METAS	ALUNOS CONVENIADOS	%	ALUNOS NÃO CONVENIADOS	AUMENTO	TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS CONVENIADOS			
							1º SEM	%	2º SEM	%
BLOCO A	1.761.000	1.124.081	63,8	638.919		2.931	2.193	74,8		
BA	480.000	297.409	62,0	182.591		336	321	95,5		
PE	270.000	150.154	55,6	119.846		164	144	87,8		
CE	210.000	156.863	74,7	53.137		141	118	83,7		
MG/N	192.000	128.152	66,7	63.848		342	191	56,0		
PR	100.000	63.957	64,0	31.043		290	245	84,5		
RJ	115.000	54.415	46,4	61.585		64	62	96,9		
SP	115.000	86.024	74,8	28.976		571	454	79,5		
MG/S	108.000	50.249	46,5	57.751		380	277	72,9		
RN	45.000	45.427	100,9	(-) 427		150	143	95,3		
GO	72.000	52.939	73,5	19.061		171	160	93,6		
RS	32.000	35.104	109,7	(-) 3.104		232	50	22,0		
GO/DF	12.000	4.388	36,6	7.612		66	28	42,4		
COMET/RJ	10.000			10.000		24				
BLOCO B	623.250	523.429	84,0	99.821	6.475	1.079	839	77,8		
MA	128.000	120.573	94,2	7.427		130	118	90,8		
PB	77.000	99.281	128,9	(-) 22.281	6.475	171	148	86,5		
PI	100.000	61.489	61,5	38.511		114	89	78,1		
AL	67.500	49.655	73,6	17.845		94	82	87,2		
SE	80.000	56.337	70,4	23.663		74	74	100,0		
PA	33.750	35.872	106,3	(-) 2.122		83	64	77,1		
ES	33.000	25.889	78,5	7.111		55	43	78,2		
MS	24.000	14.763	61,5	9.237		56	53	94,6		
MT	22.000	7.654	34,8	14.346		30	19	40,0		
AM	20.000	14.376	71,9	5.624		44	28	63,6		
AC	8.000	7.546	94,3	454		12	10	83,3		
SC	10.000	15.887	158,9	(-) 5.887		197	97	26,0		
RO	7.000	6.893	98,5	107		2	2	100,0		
DF	6.000	6.086	101,4	(-) 86		10	10	100,0		
AP	5.000			5.000		5				
RR	2.000	1.128	56,4	872		2	2	100,0		
BRASIL	2.384.250	1.647.510	69,1	736.740	6.475	4.010	3.033	75,6		

D - POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E CONJUNTOS DE METAS. SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Desde meados da década de 60 a educação era vista como o setor de desenvolvimento prioritário, no sentido de democratizar oportunidades, amenizar acentuadas diferenças de renda e sustentar o progresso dos setores construtivos. O esforço quantitativo no campo educacional já era intenso e de 1964 até 1970 os níveis de alunos matriculados no segundo e terceiro graus haviam sofrido expansão excepcional. Já o ensino supletivo não apresentava o mesmo progresso, continuando com altos índices de evasão e baixo aproveitamento.

A primeira série do ensino regular de primeiro grau continuava a ser o grande ponto de estrangulamento do sistema educacional, pelos elevadíssimos índices de evasão e reprovação que apresentava. A compreensão de que a influência familiar é decisiva na determinação do futuro acadêmico dos filhos, aconselhava uma grande atenção na educação de adultos, para a própria efficientização da escola.

Todos esses fatores influenciaram no ambiente brasileiro, tornando necessário uma melhoria na educação dos adultos, em geral, e na alfabetização, em particular.

Dentro deste contexto houve, pelo menos, duas grandes correntes de pensamento a dominar a definição dos objetivos e intenções do MOBREAL. A primeira, representada pelos educadores, foi responsável pelo projeto de lei de criação do órgão, em 1967. Este projeto nasceu no Ministério da Educação e Cultura e procurava estabelecer um Sistema de Educação Continuada, no País, que visava principalmente à integração política, cultural e social dos analfabetos à vida nacional.

Em 1970, quando da efetiva entrada em operação do MOBREAL, já o quadro de influências era diferente. O órgão foi entregue à administração de um dos mais brilhantes economistas brasileiros, Mário Henrique Simonsen, posteriormente Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, que à época dirigia a Escola de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Fundação Getúlio

Vargas. Os economistas exerciam, então, grande influência na vida nacional, liderados pelo Ministro da Fazenda, Antonio Delfim Netto, hoje Ministro do Planejamento. Esta influência se estendera ao campo educacional, onde coube ao Ministério do Planejamento, através do seu Centro Nacional de Recursos Humanos, realizar, em 1965, o Diagnóstico da Educação Brasileira e, a partir daí, coordenar a elaboração de todos os planos governamentais do setor educacional até 1972. Neste ano, a equipe responsável por este planejamento assumiu a direção do MOBREAL, retendo-a até hoje, tendo à sua frente o Engenheiro Arlindo Lopes Corrêa.

A opção feita pelo MOBREAL para dar prioridade ao combate ao analfabetismo não impediu que, ao longo de sua atuação, fossem paulatinamente abordados outros aspectos da educação continuada (educação permanente). Com efeito, o MOBREAL sempre entendeu que apenas alfabetizar um homem, embora importante, é muito pouco para seu crescimento intelectual e cultural. Tinha a consciência, inclusive, de que uma pessoa apenas alfabetizada, sem condições de obter uma melhoria imediata e efetiva de renda, sem acesso ao sistema regular de ensino e sem outras oportunidades para dar continuidade a seu processo educativo, pouco uso poderia fazer de sua alfabetização, podendo mesmo regredir ao analfabetismo.

Por isso mesmo, ao Programa de Alfabetização Funcional seguiram-se logo outros programas:

- Em 1971 o MOBREAL lançou cursos de desenvolvimento comunitário, de dois meses de duração, em que os participantes eram conscientizados mais profundamente para a vida em grupo e realizavam mutirões de seu interesse comum. Esses cursos persistiram até 1973;
- Ainda em 1971, em convênio com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, oferecia um curso de duração mínima de doze meses, ao fim do qual o aluno aprovado poderia ingressar na quinta série do ensino formal;
- Em 1973 iniciaram-se os convênios com entidades de treinamento profissional para qualificação não só dos recém-alfabetizados como dos egressos do Programa de Educação

Integrada;

- Ainda em 1973 lançou-se o Programa Cultural, dividido em vários sub-programas, como literatura, teatro, artesanato, artes plásticas, rádio e cinema, entre outros;
- Em 1974 é criado o Programa de Profissionalização, que passa a realizar o treinamento profissional com maior flexibilidade, implantando a metodologia das famílias ocupacionais e adequando-se mais à clientela do MOBREAL;
- Em 1975 cria-se o Programa Diversificado de Ação Comunitária. Já em 1973 os cursos de educação comunitária haviam sido reorientados, criando-se material didático para os alunos, para os animadores e para as Comissões Municipais do MOBREAL. No entanto, esta orientação foi considerada excessivamente diretivista, o que motivou a criação do PRODAC em 1975. O PRODAC é um programa no qual são constituídos grupos comunitários de voluntários, que elaboram um diagnóstico de suas necessidades e um plano de ação, posteriormente desenvolvido pelos participantes do programa, com ou sem o auxílio de entidades públicas ou privadas;
- Em 1976 é lançado o Programa de Educação Comunitária para a Saúde, abordando com a participação da comunidade os temas de higiene, cuidados materno-infantis, doenças e alimentação, bem como realizando mutirões desses participantes com ou sem a participação de entidades públicas ou privadas;
- Em 1977 é lançado o Programa de Autodidatismo, que já vinha sendo conduzido de forma experimental desde 1975;
- Ainda em 1977 lança-se a campanha Esporte para Todos, em eventos nacionais com milhões de participantes, complementados por atividades diversificadas a nível local;
- Em 1978 é lançado o Programa Tecnologia da Escassez, visando recolher exemplos da cultura técnica do povo brasileiro, analisá-los, avaliá-los e disseminá-los a nível nacional, através materiais impressos e outros meios de comunicação.

Como vemos, a atuação do MOBREAL não pode ser compreendida sem que se considerem todos os seus programas, que na realidade se complementam e formam o conjunto da Educação Permanente. Neste conjunto, a alfabetização é a principal porta de entrada; mas certamente não a única. E o que é mais importante: a educação de um homem não se esgota com sua alfabetização; muito ao contrário, aí apenas se inicia.

O MOBREAL tinha uma meta inicial: erradicar o analfabetismo, no Brasil, até 1980, isto é, fazer o índice de maiores de 15 anos analfabetos descer a 10%, ou menos.

Mas suas metas são muito mais ambiciosas do que a da alfabetização. Na realidade o que o MOBREAL pretende é levar a toda a população brasileira, especialmente sua parcela mais carente, a Educação Permanente, hoje em dia entendida como Educação Comunitária, ou seja, a educação como um processo que abrange todo o tempo da vida do homem e que se desenvolve no espaço comunitário.

E - RESULTADOS GERAIS DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO: OBJETIVOS VERSUS RESULTADOS, CUSTOS VERSUS BENEFÍCIOS

Os resultados obtidos por todos os programas do MOBRAL, em geral, e pelo Programa de Alfabetização Funcional, em particular, de 1970 a 1979, são os constantes do quadro I.E.1.

Em função dos resultados obtidos, a cada ano, e perseguindo a erradicação do analfabetismo em 1980, anualmente são fixadas as metas estaduais e territoriais. A medida que alguns estados/territórios vão alcançando a erradicação, os recursos vão sendo concentrados nas áreas de maior resistência. Assim, nos estados/territórios que já alcançaram a erradicação, a ênfase passa a outros programas; nos estados/territórios onde o número de analfabetos persiste grande, os demais programas são diminuídos e concentram-se os esforços maiores na alfabetização. Nestes estados/territórios todos os demais programas passam a unir seus esforços para melhorar a mobilização para o programa de alfabetização.

É certo, no entanto, que mesmo que se consiga, a nível nacional, alcançar a erradicação do analfabetismo em 1980, em alguns estados/territórios esta erradicação não será obtida. Nestes, as metas de alfabetização continuarão a ter caráter prioritário, já em perseguição ao índice de 8% de adultos analfabetos em 1985, como determinou o Presidente João Figueiredo em seu Programa de Governo.

De qualquer modo, o Programa de Alfabetização Funcional terá que continuar ativo ainda por muito tempo, embora não necessariamente prioritário na maior parte do território nacional. Nosso ensino regular ainda é bastante carente, especialmente nas regiões mais pobres do país, o que faz com que, anualmente, cerca de meio milhão de novos analfabetos complete quinze anos, entrando na faixa de competência legal do MOBRAL. Enquanto esta situação perdurar, o PAF não poderá ser desativado, pois isto provocaria um aumento no índice de analfabetismo, depois de se ter alcançado a erradicação.

Quanto a uma análise de custos/benefícios da alfabetização, ela nunca foi feita, no Brasil. É ponto pacífico, para nós, que o

analfabetismo tem que ser combatido, pelos meios e modos que permitam, finalmente, depois de séculos de expectativa, erradicá-lo.

Os custos do MOBRAL são extremamente baixos, pelos motivos que analisaremos em profundidade na Seção III, principalmente quando comparados com os custos do ensino regular. No entanto, é evidente que esta comparação não aponta no sentido da substituição do ensino formal pela metodologia de alfabetização utilizada pelo MOBRAL, especialmente adequada a adultos e com características de suplência.

Os benefícios obtidos com a alfabetização são demasiado evidentes para que se procure quantificá-los em ganhos monetários, como seria obrigatório para que se realizasse uma análise clássica de custos/benefícios. Esta quantificação, se tentada, certamente ocultaria, por trás de suas cifras, muito mais verdades do que elas pudessem ser a medida quantitativa.

O MOBRAL nunca se preocupou em fazer a análise de custos/benefícios da alfabetização. Alfabetizar é um dever que a nação brasileira tem para com aqueles que não puderam, por motivos diversos, obter a escolarização mínima obrigatória, no Brasil, por leis antigas de mais de um século, mas que nunca puderam ser integralmente cumpridas. Resgata-se assim, no presente, uma dívida contraída no passado. Resgata-se com atraso, é certo: mas finalmente resgata-se.

RESULTADOS DOS PROGRAMAS DO MOBREAL — PERÍODO 1970 A 1979

PEC										***
PETRA									162.438	398.600
Tec. Esc.								***	***	***
C. Esp.								5.313.019	2.569.419	697.012
PES								198.900	343.000	661.182
AUTOD.						*		3.000	63.000	133.000
PRODAC						84	99	144	246	350
PPF					30.665	40.916	50.978	61.416	64.344	30.604
					—	7.645	19.940	22.190	26.273	37.856
PC				1	1.076	2.076	2.200	2.400	3.150	3.150
PDC			153.175	62.300	27.137	**	**	**	**	**
PEI		33.462	511.509	549.805	580.802	513.479	440.521	627.614	500.868	207.657
PAF	507.567	2.590.061	4.234.871	4.931.100	4.738.131	4.373.859	3.923.365	3.893.388	3.932.726	3.348.677
	172.089	1.081.320	2.042.683	1.784.397	1.923.922	1.656.502	1.415.687	1.203.268	1.262.405	1.129.489
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979

Programas do MOBREAL

- PAF — Programa de Alfabetização Funcional
- PEI — Programa de Educação Integrada
- PDC — Programa de Desenvolvimento Comunitário
- PC — Programa Cultural
- PPF — Programa de Profissionalização
- PRODAC — Programa Diversificado de Ação Comunitária
- PES — Programa de Educação Comunitária para a Saúde
- Autod. — Programa de Autodidatismo
- PETRA — Programa de Ed. Comunitária para o Trabalho
- C. Esp. — Campanha "Esporte para Todos"
- Tec. Esc. — Projeto Tecnologia da Escassez
- PEC — Programa de Educação do Consumidor

Resultados

- PAF — Nº de alunos conveniados/alunos alfabetizados
- PEI — Nº de novos alunos atendidos
- PDC — Nº de alunos conveniados
- PC — Nº de Postos Culturais em funcionamento (dados acumulados)
- PPF — Nº de pessoas treinadas/candidatos colocados em empregos
- PRODAC — Nº de municípios atingidos (dados acumulados)
- PES — Nº de participantes do programa
- Autod. — Nº de participantes do programa (potencial de atend. acumulado)
- PETRA — Nº de pessoas treinadas
- C. Esp. — Nº de participantes dos eventos nacionais
- * — Experimental
- ** — Desativado
- *** — Resultados qualitativos

SEÇÃO II - O PLANEJAMENTO DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO

- A - O planejamento da alfabetização e o planejamento global
- B - Estratégia geral adotada para o planejamento da alfabetização
- C - Aspectos incluídos e metodologias utilizadas para elaborar os planos de alfabetização nos níveis nacional/estadual/regional/local/comunitário
- D - Participação e coordenação na preparação dos planos de alfabetização
- E - Aspectos econômicos e financeiros

A - O PLANEJAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO GLOBAL

Como já mostramos anteriormente, o Diagnóstico da Educação Brasileira, realizado no Ministério do Planejamento, em 1965, pelo Centro Nacional de Recursos Humanos, deu início a um processo de coordenação e elaboração dos planos educacionais fora da esfera do Ministério da Educação e Cultura, o que perdurou até 1972. Desse modo, o MOBRAL foi criado e iniciou sua efetiva atuação dentro desta influência. Também já mencionamos que a equipe que assumiu a direção do MOBRAL, a partir de 1972, foi exatamente aquela que dirigia o CNRH, no período referido. Todos esses fatos parecem indicar que o combate ao analfabetismo, no Brasil, nasceu sob a égide de um minucioso planejamento, imbutido dentro de um contexto maior de planejamento global.

Nada mais falso, no entanto. O problema do analfabetismo, no Brasil, já vinha há tanto tempo sendo objeto de debate, já tinha sofrido tantas análises, as tentativas para resolvê-lo já eram tantas, sem obter sucesso, que a opinião pública nacional estava inteiramente favorável a que se fizesse um esforço definitivo no sentido de combater eficientemente o que se classificava como "vergonha nacional". Cuidou-se, então, de criar um organismo com a destinação específica de combater o analfabetismo, ao menos numa primeira fase, ficando a educação continuada para etapas posteriores.

Não houve preocupação de ligar, a não ser de modo frouxo, o combate ao analfabetismo com o I Plano Nacional de Desenvolvimento, em curso. É certo que o problema da mão-de-obra qualificada para sustentar o processo de desenvolvimento econômico estava bem presente nos planejadores governamentais. Apesar disso, e talvez como reflexo de uma certa incredulidade no êxito de mais uma tentativa para controlar o analfabetismo, depois de tantas frustrações, a única meta que se fixou foi que o MOBRAL deveria, até 1980, fazer o índice de analfabetismo da população adulta descer a 10%, ou menos, o que se convencionou ser o índice da erradicação. Não se cogitava de metas regionais, ou de metas parciais a serem atingidas ao longo do tempo, até 1980. Não se cogitava de nenhum outro detalhe. Quanto aos recursos

financeiros, previu-se na lei de criação do MOBREAL duas fontes, uma das quais, um selo postal, nunca foi utilizada. Não havia nenhuma previsão de quanto essas fontes renderiam, nem de como ou quando esses recursos estariam disponíveis.

Com efeito, todo o planejamento que norteou a ação do MOBREAL ao longo de seus dez anos de efetiva existência foi sendo elaborado à luz dos resultados que iam sendo obtidos e dos recursos que iam sendo conseguidos, sempre em perseguição, no caso do combate ao analfabetismo, da meta fixada quando de sua criação - a erradicação, em 1980.

Como já vimos, nestes dez anos as condições econômicas, políticas e sociais do Brasil e do mundo mudaram bastante. Mudaram até os conceitos ligados à educação de adultos e ao próprio analfabetismo. A atuação do MOBREAL também mudou, nesta década, não só ao sabor dos resultados e das circunstâncias como, principalmente, pelo acúmulo de experiência num setor onde ela não havia ou não se adaptava às condições brasileiras. Nos itens seguintes desta seção mostraremos como este planejamento foi sendo elaborado, paulatinamente, ao longo dos dez anos de atuação efetiva do MOBREAL.

B - ESTRATÉGIA GERAL ADOTADA PARA O PLANEJAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO

Para entendermos o planejamento continuado do MOBRAL, temos que conhecer alguns aspectos que nortearam sua ação.

Em primeiro lugar, é fundamental a compreensão de que o MOBRAL visa "a alfabetização e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos", como consta textualmente na própria lei que o criou. Seus objetivos são políticos, sociais, econômicos e culturais: dar oportunidade de participação política a uma vasta parcela da população brasileira, constitucionalmente impedida de votar, pela sua condição analfabeta, além de conscientizá-la para seus direitos e deveres na esfera política; valorizar, incentivar e preservar a cultura popular, até então impedida de manifestar-se e expandir-se pela falta de canais adequados contribuindo, desse modo, para impedir a perda de parte considerável — e talvez mais genuína e original — da memória nacional; estimular a mobilidade vertical e garantir justiça social, na medida em que, educando, criam-se condições gerais de ascensão para grande parcela do povo brasileiro e seus filhos; instrumentalizar o homem para melhorar sua posição econômica no mercado de trabalho ou através das ocupações autônomas, melhorando seu perfil educacional e profissional, suas possibilidades de mobilidade salarial e ocupacional. Enfim, o espectro de atuação do MOBRAL, amplo, foi decorrência de preocupações — também amplas — com todas as esferas e motivos da pessoa humana. Na verdade, o governo brasileiro visava ampliar sua atuação no campo social e procurou no MOBRAL um dos instrumentos para fazê-lo.

Vivia-se uma época de prosperidade econômica, mas na qual persistiam acentuadas desigualdades de renda entre pessoas, regiões e setores, e julgava-se ser a hora de investir na educação popular como instrumento de modernização política, econômica, social e cultural. A linguagem, na época da lei de criação (1967), foi mais ampla e de maior teor humanista; a linguagem, na época da operacionalização (1970), foi mais economicista e pragmática, marcada pelas contingências do balanço de poder da época; a execução, por seu turno, foi marcada pela amplidão dos objetivos, das intenções, pelo

profundo teor humanista, humanizante e modernizador do órgão, embora altamente influenciada pela preocupação com a eficiência e a eficácia.

C - ASPECTOS INCLUÍDOS E METODOLOGIAS USADAS PARA ELABORAR OS PLANOS DE ALFABETIZAÇÃO NOS NÍVEIS NACIONAL/ESTADUAL/REGIONAL/LOCAL/COMUNITÁRIO

a) Fase de Organização

A organização do MOBREAL iniciou-se na Secretaria Geral do Ministério da Educação, responsável pela elaboração do projeto prioritário nº 5 – na área da Educação – para o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Procedeu-se então ao estudo do órgão, situado ainda na estrutura tradicional do Ministério. Enquanto se pensava em sua organização e se administrava os convênios com entidades encarregadas de executar os programas de alfabetização de adultos, buscava-se uma metodologia adequada a um programa para adultos com atendimento de massa. Partia-se da análise das metodologias utilizadas pelas diferentes entidades que executavam programas de alfabetização de adultos (MEB, CRUZADA ABC, DOM BOSCO) e do estudo das diferentes formas de operacionalização dessas entidades. O mesmo ocorria quanto ao estudo do material didático utilizado para alfabetização de adultos no país.

Tendo-se chegado à organização da estrutura básica para o funcionamento do órgão (fora da "sede" do MEC, com autonomia de ação), passou-se a pensar na captação e seleção de recursos humanos para implantação do Programa, na elaboração do material didático, no desenho da estratégia de implantação e operacionalização do Programa.

Concretizadas as reformulações administrativas do órgão e assumindo um novo grupo a sua direção, passou-se à implantação.

b) Fase de Implantação

O primeiro passo foi a reunião da Secretaria Geral do MEC, das Superintendências Regionais (Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste, Superintendência para Desenvolvimento da Amazônia, Superintendência para Desenvolvimento do Sul e Superintendência para Desenvolvimento do Centro-Oeste) com

Secretários de Educação, Secretários ligados ao Ministério do Interior, Reitores de Universidades, Empresários, Presidentes de Confederações, Federações, Sindicatos, etc. - para esclarecimentos, debates e estudos dos projetos prioritários, em geral, e especificamente do MOBRAL.

A seguir, por meio de carta do Presidente da Fundação para os Governadores Estaduais, buscou-se o contato com os Secretários de Educação dos Estados para indicação do Coordenador Estadual (paralelamente a esta carta foi expedida outra, da Secretaria Geral do MEC aos Secretários Estaduais de Educação, explicando como funcionaria o MOBRAL e critérios para seleção do Coordenador Estadual). A seguir procedeu-se ao convite aos prefeitos dos 500 municípios do PAC (Programa de Ação Concentrada do Ministério do Interior), para uma reunião nas capitais das Unidades da Federação respectivas (os municípios do PAC representavam 11% dos municípios existentes, abrigando 75% da população total do país).

Nesse conjunto de reuniões com os Prefeitos, fez-se a explicação da estratégia (entrega aos prefeitos do Documento Básico do MOBRAL), e a mobilização e sensibilização desses prefeitos para a aceitação do Programa. Nesse momento, discutiu-se a formação das Comissões Municipais, e os procedimentos para o conveniamento (mapeamento e zoneamento do município, número de analfabetos, alfabetizadores, locais para funcionamento das classes, etc.). Já a segunda reunião com os prefeitos, para conveniamento, contou com a presença dos Presidentes das Comissões Municipais. Os dados solicitados estavam disponíveis nessa reunião e apontavam o conveniamento com 611 municípios.

c) Divulgação e Mobilização nas Comunidades

A seguir foram formadas as Comissões Municipais, com 4 elementos (Presidente, Secretário Executivo, Encarregado Financeiro e de Apoio Logístico) e criadas subcomissões (de divulgação, de mobilização, além de outras que o município achasse necessário). Foram criados também os Conselhos Comunitários, formados por líderes das Instituições existentes no município e clubes de serviços e lideranças locais. Passou-se à divulgação do Programa,

ã mobilização de recursos humanos (voluntários) para a sua implantação e à formação (treinamento) de alfabetizadores, o que ficou a cargo da COMUN. O MOBREAL Central lançou uma campanha nacional (cartazes, "releases", etc.) que se estendeu a nível de estados e municípios. Os veículos de comunicação social tiveram papel destacado nessa fase.

Os 611 municípios assinaram convênio no dia 8 de setembro de 1970 e a mobilização de outros municípios para um novo conveniamento em janeiro se fez através da evidência da implantação do Programa nesses primeiros municípios. A partir daí verificou-se como que uma reação em cadeia em todo o País.

Todo o acompanhamento a nível estadual do programa ficou a cargo dos Coordenadores.

Essa fase caracterizou-se, portanto, pela intensa mobilização das lideranças empresariais, políticas, etc. e pela notável aceitação nacional do programa.

A mística que se criou em torno do movimento foi notável e o "slogan" "Você também é responsável" teve profundo impacto na consciência nacional. O dinamismo na operacionalização (pagamento de alfabetizadores, distribuição de material didático, utilização dos recursos comunitários) ajudou na credibilidade de que o órgão passou a desfrutar junto às Prefeituras e à população em geral.

Foi um início promissor, livre das mazelas geralmente observadas nesse tipo de iniciativa. O MOBREAL tomou uma posição equidistante em relação aos partidos políticos, prometeu o mínimo e cumpriu mais do que prometeu. Mostrou-se ágil, flexível, desburocratizado, firme na perseguição de seus objetivos, sério e honesto. A causa da alfabetização estava latente em todo o povo, que aderiu ao MOBREAL, e essa adesão permitiu as grandes realizações do órgão.

D - PARTICIPAÇÃO E COORDENAÇÃO NA PREPARAÇÃO DOS PLANOS DE ALFABETIZAÇÃO

Como já vimos, o planejamento global da alfabetização, para um determinado ano, é realizado a nível do MOBRAL Central, em trabalho conjunto com as Coordenações dos Estados e Territórios, onde são fixadas as metas anuais para cada Coordenação e feita uma previsão dos recursos financeiros disponíveis para suas atividades. Esses trabalhos se desenvolvem em encontros nacionais de Coordenadores e são orientados pela Assessoria de Organização e Planejamento (ASSOP), do MOBRAL Central.

Como no Brasil as atividades de alfabetização de adolescentes e adultos são conduzidas quase que exclusivamente pelo MOBRAL, não há necessidade de coordenar a ação da Fundação com outros órgãos que atuam na mesma área.

O planejamento das ações, a nível estadual, é feito por cada Coordenação Estadual/Territorial, sendo, por conseguinte, totalmente descentralizado e adequado às características de cada região. Esta postura é indispensável para o caso brasileiro, pois somos um país com grande extensão territorial e onde as condições gerais variam extremamente, dentro de seu território. Um exemplo marcante desta variação é a densidade demográfica, como podemos ver no quadro II.D.1.

QUADRO II.D.1

BRASIL DENSIDADE DEMOGRÁFICA 1980

REGIÕES	DENSIDADE (Habitantes/km ²)
NORTE	1.4
NORDESTE	23.4
SUDESTE	55.7
SUL	38.9
CENTRO-OESTE	4.1

FONTE: IBGE

Esta diversidade de condições levou a Gerência Pedagógica a diversificar as modalidades de atuação do Programa de Alfabetização Funcional, como vemos na letra D da seção IV.

Modalidade	Quantidade
1.1	1000
1.2	1000
1.3	1000
1.4	1000
1.5	1000
1.6	1000
1.7	1000
1.8	1000
1.9	1000
1.10	1000

E - ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

O MOBRAL entrou em operação à base de duas fontes principais de recursos: a Loteria Esportiva, de cujo faturamento bruto o MOBRAL receberia inicialmente 6,75%, e o desconto voluntário pelas empresas, em seu imposto de renda devido, de até 1% em favor do órgão.

As receitas do MOBRAL evoluíram de acordo com o quadro II.E.1, em termos correntes, e de acordo com o quadro II.E.2 em termos constantes.

Em 1978 e 1979, as verbas do MOBRAL (extra-orçamentárias) foram correspondentes a cerca de 4,5% do orçamento federal do Ministério da Educação e Cultura. As despesas no ensino fundamental brasileiro, feitas especialmente pelos Estados e Municípios, nas 8 primeiras séries da educação escolar, atingem atualmente cerca de 25 vezes o que gasta o MOBRAL, com todos os seus programas e atividades.

No quadro II.E.2 verifica-se que, de 1973 a 1976 houve decréscimo real da receita do MOBRAL, como consequência da perda gradativa das verbas decorrentes da Loteria Esportiva; a partir de 1977 houve crescimento real dos recursos destinados ao órgão, pelo aumento da contribuição das empresas, cujo limite passou de 1% para 2% de seu Imposto de Renda. Em 1979, outra queda.

Em 1979 a alfabetização funcional consumiu 73,32% das despesas do MOBRAL, a administração 16,51% e os demais programas do órgão, visando a educação permanente, 10,17%.

Todos esses dados dizem respeito às despesas com recursos postos à disposição da administração central da Fundação MOBRAL. Não estão incluídas aí as verbas cedidas pelas Prefeituras, pelas empresas e pessoas físicas ao nível local, etc. Ao nível do Município, as COMUN promovem quermesses, gincanas, leilões, arrecadam doações de vulto variável, etc. Essas verbas devem ser algo em torno de 40% a 50% do que o MOBRAL Central investe diretamente, o que elevaria o total de dispêndios dos programas a cerca de US\$ 100 milhões por ano.

QUADRO II.E.1

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO MOBILIZADO POR FONTE EM CRUZEIROS CORRENTES

FONTE	ANOS	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
UNIÃO		1.900.000	1.232.500	1.842.500	1.866.000	2.378.200	2.378.000	5.000.000
FNDE		172.943.777	51.260.200	153.630.176	164.015.900	242.636.100	248.527.201	282.700.000
IMPOSTO DE RENDA		58.358.610	98.843.127	121.788.669	222.382.740	580.071.701	864.338.839	1.281.626.313
OUTRAS		7.599.827	24.792.043	33.495.082	14.160.794	27.234.141	104.351.093	99.370.519
TOTAL		240.802.214	276.127.870	310.755.927	402.425.434	852.326.142	1.219.595.133	1.668.696.832

QUADRO II.E.2

EVOLUÇÃO DA RECEITA DO MOBREAL EM VALORES CONSTANTES DE 1973

ANOS	RECEITA TOTAL (CR\$ de 1973)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
1973	240.802.214	
1974	214.137.163	-11.0%
1975	188.939.604	-12.0%
1976	171.052.943	- 9.5%
1977	252.049.034	+47.4%
1978	261.538.396	+ 3.8%
1979	216.930.000	-18.0%

É difícil estabelecer o montante de recursos não monetários que o MOBREAL obtém nas comunidades, mas deve-se citar que todos os espaços para classes, postos culturais, etc. são cedidos; os alfabetizadores, monitores e animadores trabalham com uma pequena gratificação, abaixo do mercado de trabalho, que não pode ser caracterizada como salário; as Comissões Municipais não são remuneradas; etc.

É importante frizar que os participantes dos programas do MOBREAL nada pagam: inclusive recebem o material didático e em geral os cadernos, canetas, lápis e borrachas, inteiramente de graça.

SEÇÃO III - A GERÊNCIA DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO

- A - Estrutura organizacional dos níveis nacional e sub-nacional
- B - Relações com outras administrações públicas e o setor privado
- C - Principais funções administrativas desempenhadas e técnicas usadas
- D - Pessoal (recrutamento, treinamento, organização e remuneração)
- E - Recursos (materiais, técnicos e financeiros)

A - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS NÍVEIS NACIONAL E SUB-NACIONAL

Desde sua entrada em ação efetiva, em 1970, até nossos dias, o MOBREAL experimentou várias modificações organizacionais. No entanto, de um modo amplo, a organização foi sempre estruturada em três níveis, cada um dos quais com atribuições específicas, a saber:

- o MOBREAL Central, sediado na cidade do Rio de Janeiro, estado do mesmo nome, onde fica a direção nacional da Fundação;
- as Coordenações Estaduais e Territoriais, cada uma situada em um estado ou território, responsáveis pela adaptação das determinações emanadas do MOBREAL Central às peculiaridades de seus estados ou territórios e pelo desenvolvimento e controle das ações a nível local;
- as Comissões Municipais, nos municípios, constituídas por voluntários representativos de suas comunidades e responsáveis pelo desenvolvimento das ações do MOBREAL nas comunidades; as Comissões Municipais não são formadas por funcionários do MOBREAL nem fazem parte de sua estrutura; pelo contrário, são órgãos autônomos, que fazem convênios com o MOBREAL para a operacionalização dos programas que interessam a suas comunidades.

Vamos estudar com mais detalhes estes três níveis da ação do MOBREAL.

- a) MOBREAL Central - o MOBREAL é uma fundação de direito privado, ligada ao Ministério da Educação e Cultura. Seu presidente, atualmente, é nomeado pelo Presidente da República. Seu mandato não tem duração determinada. Um Conselho de Curadores e um Conselho Administrativo, nomeados pelo Ministro, devem ser consultados nos casos especificados no Regimento Interno da Fundação, para a aprovação de certas decisões presidenciais.

Abaixo do Presidente aparecem um Secretário Executivo e um Secretário Executivo Adjunto, aos quais se subordinam diretamente as Gerências, Centros e Assessorias, que dividem entre si as áreas fim e meio que compõem o extenso leque de

atividades da Organização. Eles são, atualmente, com suas siglas:

GEPED - Gerência Pedagógica
GEPES - Gerência de Educação Comunitária para a Saúde
GEPAC - Gerência dos Programas de Ação Comunitária
GEPRO - Gerência de Profissionalização
CECUT - Centro Cultural
GEFOR - Gerência de Informática
GERAP - Gerência de Atividades de Apoio
GERAF - Gerência Financeira
GETRE - Gerência de Treinamento
ASSOP - Assessoria de Organização e Planejamento
ASCON - Assessoria de Controle
GEHUM - Gerência de Recursos Humanos
GECOM - Gerência de Comunicação Social
GETEC - Gerência de Tecnologia da Escassez
ASSUR - Assessoria Jurídica

O Programa de Alfabetização Funcional é um dos diversos programas conduzidos sob a responsabilidade da Gerência Pedagógica.

- b) As Coordenações Estaduais/Territoriais - em cada estado ou território existe uma Coordenação Estadual/Territorial (exceto o Estado de Minas Gerais, que possui duas - Minas Norte e Minas Sul - e o Território de Fernando de Noronha, subordinado à Coordenação de Pernambuco). Cada Coordenação é gerida por um Coordenador, auxiliado por um Coordenador Adjunto.

O Coordenador Adjunto é o responsável pelo Subsistema de Supervisão Global, em seu Estado/Território.

Cada Coordenação possui, ainda, os agentes, que são os homólogos, a nível estadual/territorial, das gerências e centros do MOBRAL Central que até ali estendem suas ações.

Assim, temos os seguintes agentes:

APEDE - Agente da GEPED
APROF - Agente da GEPRO
ACULT - Agente do CECUT

ANPES - Agente da GEPES
ANPAC - Agente da GEPAC
AGHUM - Agente da GEHUM
ARAFE - Agente da GERAF
ARAPE - Agente da GERAP
ANFOR - Agente da GEFOR

- c) As Comissões Municipais (COMUN) são as células da ação efetiva do MOBREAL. Como já dissemos, são constituídas por elementos voluntários e não remunerados pelo MOBREAL. Sua estrutura administrativa compõe-se de um Presidente, um Secretário Executivo e de Encarregados, um para cada gerência responsável por programas em andamento no município, além de áreas administrativas. Assim, temos:

ECULT - Encarregado dos programas do CECUT
EPROF - Encarregado dos programas da GEPRO
EPEDE - Encarregado dos programas da GEPED
ENPAC - Encarregado dos programas da GEPAC
ENPES - Encarregado dos programas da GEPES
ERAFE - Encarregado dos assuntos financeiros
EARAPE - Encarregado dos assuntos de apoio

É oportuno lembrar que existem ações de programas do MOBREAL que são levadas a efeito, em alguns municípios, por outros organismos que não as COMUN. Os principais são os Grupos de Ação Comunitária (GAC) e os grupos de Ação Local (GAL), responsáveis pela operacionalização do Programa Diversificado de Ação Comunitária.

- d) Perpassando os três níveis organizacionais do MOBREAL, existe o Subsistema de Supervisão Global, o SUSUG. Sua direção localiza-se no MOBREAL Central, subordinado diretamente à Secretaria Executiva; em cada COEST/COTER, é chefiado pelo Coordenador Adjunto, e compõe-se de:

Supervisores Estaduais (SE), em número variável, um em cada COEST/COTER, dependendo da extensão do estado ou território; em média, um SE é responsável por nove Supervisores de Área (SA);

Supervisores de Área (SA), em número variável em cada COEST/

COTER, dependendo do número de municípios do estado ou território, uma vez que o SA é responsável, em média, por quatro ou cinco municípios que ele visita, pelo menos, uma vez por mês; geralmente ele mora em um desses municípios, e visita os outros, no cumprimento de suas funções de supervisão e treinamento;

Nas Comissões Municipais existem os Encarregados da Supervisão Global, os ENSUG, que se reportam aos SA, levando ao extremo operacional a atuação do Subsistema de Supervisão Global que, como vemos, é a verdadeira espinha dorsal da organização, interligando seus três níveis operacionais e administrativos.

B - RELAÇÕES COM OUTRAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E O SETOR PRIVADO

O MOBRAL, na operacionalização de seu extenso leque de programas e atividades, relaciona-se com grande número de entidades públicas e privadas. Para limitar a amplitude de nossa análise, vamos nos deter apenas naquelas que interessam diretamente aos programas de alfabetização.

As Prefeituras Municipais são as entidades administrativas com as quais o MOBRAL mais se relaciona. As Comissões Municipais, em sua grande maioria, são presididas pelo Prefeito ou por alguém por ele indicado, de sua confiança. Garante-se, desse modo, o apoio das Prefeituras para as atividades de mobilização de analfabetos, recrutamento de alfabetizadores, obtenção de salas de aula e material didático de apoio (giz, quadro de giz, apagador etc.). As prefeituras também colaboram cedendo funcionários para integrar a Comissão Municipal, principalmente para exercer as funções de Encarregados.

A nível estadual: os Coordenadores Estaduais/Territoriais mantêm estreito relacionamento com os Governadores e seus estados/territórios, para a obtenção de providências que facilitem a operacionalização de suas ações. Alguns estados cooperam com verbas de suplementação para o pagamento de alfabetizadores. De um modo geral, dão apoio logístico às Coordenações, cedendo funcionários, viaturas, combustível; tudo isto de modo muito variável. Quantitativamente, exceto nos poucos estados mais ricos, a colaboração material dos estados para as atividades do MOBRAL é muito pequena.

A nível federal, o relacionamento com os demais ministérios e órgãos de administração pública autônomos se faz quase sempre através do MOBRAL Central.

Com o setor privado o MOBRAL tem um relacionamento intenso. Como veremos na letra E desta seção, é o setor privado o responsável pela maior parte dos recursos com que conta a organização para o seu funcionamento.

O material didático de alfabetização (cartilhas, manuais de

alfabetizadores etc.), distribuído gratuitamente aos alunos, é produzido e editado pelas principais empresas gráficas do País, em grandes tiragens que lhe garantem um custo unitário baixo.

Outras modalidades de alfabetização, o Programa de Alfabetização Funcional pelo Rádio e o Programa de Alfabetização Funcional pela Televisão, exigem o relacionamento do MOBRAL com emissoras de rádio e televisão, a grande maioria das quais pertence ao setor privado, e apenas umas poucas ao setor público. Em qualquer dos dois casos, não é muito problemática a obtenção de horários para veiculação desses programas, pois a legislação brasileira reserva, do total de horas disponíveis, uma parcela para utilização obrigatória com finalidades educacionais. No entanto, em alguns casos, principalmente nas grandes cidades ou com as grandes redes nacionais de televisão, há dificuldades: os horários disponíveis quase sempre são os piores, ou as emissoras divulgam programas educativos de sua própria produção, rejeitando os do MOBRAL.

Muitas empresas brasileiras, públicas e privadas, facilitam o comparecimento de seus empregados às classes de alfabetização funcional. Algumas organizam e mantêm classes de alfabetização, inclusive recepções organizadas dos Programas de Alfabetização Funcional pelo Rádio e pela Televisão.

C - PRINCIPAIS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS DESEMPENHADAS E TÉCNICAS USADAS

Vamos limitar nossa análise às funções administrativas ligadas diretamente ao Programa de Alfabetização Funcional, em todas as suas modalidades.

As atividades de alfabetização estão subordinadas, diretamente, à Gerência Pedagógica (GEPED), ligada à Secretaria Executiva do MOBRAL. Como todas as gerências, ela é dirigida por um Gerente e um Gerente Adjunto e está dividida nos seguintes setores: Setor de Alfabetização Funcional (SEPAF), Setor de Educação Integrada (SEPEI) e Setor de Publicações e Projetos Especiais (SEPPE).

A Gerência Pedagógica tem por finalidade:

- 1 - Cooperar com os órgãos de planejamento no diagnóstico permanente da situação e das necessidades da educação continuada de adolescentes e adultos, em geral, bem como na definição de uma política de ação a curto, médio e longo prazos;
- 2 - Programar, organizar, coordenar, executar e avaliar os trabalhos técnicos relacionados com a área pedagógica, em conformidade com as diretrizes e normas estabelecidas pela Secretaria Executiva;
- 3 - Elaborar e/ou executar, na área pedagógica, programas, projetos e atividades - em colaboração com as demais Gerências, Centros e Assessorias - no sentido de atender aos objetivos do MOBRAL;
- 4 - Participar da elaboração e/ou execução de programas, projetos e atividades das demais Gerências, Centros e Assessorias da Organização, quando tal participação for do interesse desses órgãos e/ou julgada necessária aos objetivos do MOBRAL;
- 5 - Analisar projetos de cooperação técnica e financeira, encaminhados a essa gerência pela Secretaria Executiva, Coordenações Estaduais/Territoriais ou Comissões Municipais, visando principalmente à suplência de formação educacional para

adolescentes e adultos.

Compete ao Setor do Programa de Alfabetização Funcional:

1 - Elaborar, organizar e coordenar a execução do PAF e projetos a ele relacionados:

1.1 - Identificando e/ou analisando as sugestões de novas atuações consideradas necessárias;

1.2 - Escolhendo alternativas viáveis;

1.3 - Indicando o veículo e a forma de utilização mais viáveis;

1.4 - Propondo novas estratégias de ação;

1.5 - Responsabilizando-se pela coordenação e execução do treinamento dos recursos humanos envolvidos nas atividades vinculadas ao PAF.

2 - Acompanhar, analisar, registrar e realimentar o desenvolvimento do PAF, através da prestação de assistência técnica às agências pedagógicas.

3 - Manter a Gerência e os demais setores informados sobre o desenvolvimento do PAF em cada Estado/Território.

4 - Indicar a necessidade de novos projetos para atender às necessidades ou às dificuldades identificadas, podendo propor novas estratégias de ação.

5 - Estabelecer, em consonância com a coordenação do SUSUG, a metodologia e estratégia de supervisão adequadas à ação pedagógica do PAF.

6 - Acompanhar e realimentar o SUSUG, com base nos resultados do PAF e seus diversos processos.

7 - Acompanhar a ação das Agências Pedagógicas no PAF, proporcionando sua realimentação imediata.

8 - Elaborar planos de avaliação, objetivando a realimentação imediata da ação do PAF.

9 - Levantar, processar e analisar os dados referentes ao PAF.

10 - Identificar em que medida as proposições e/ou recomendações contidas na conclusão dos trabalhos de avaliação estão sendo consideradas para a realimentação do PAF e seus respectivos projetos.

11 - Recomendar procedimentos que tragam melhoria ao PAF.

12 - Desenvolver estudos relativos aos programas e projetos ligados à educação de adultos.

Outro órgão que tem papel fundamental na operacionalização do Programa de Alfabetização Funcional é o Subsistema de Supervisão Global (SUSUG), subordinado à Secretaria Executiva.

Compete ao SUSUG:

1 - Atuar especificamente na linha de supervisão, isto é, planejando, avaliando, coordenando, orientando e ativando os elementos encarregados da execução das tarefas ligadas aos programas do MOBREAL.

2 - Participar de todos os treinamentos e reuniões programados para o SUSUG a cada nível, para fins de melhor qualificação.

3 - Atender, prioritariamente e de modo sistemático, ao nível imediato de supervisão global, ou seja: o SE deve orientar, de modo prioritário, constante e sistemático o SA e este ao ENSUG, que é o núcleo do Subsistema de Supervisão Global no município.

4 - Treinar os elementos encarregados da execução das tarefas a nível de município (elementos constituintes da COMUN), de acordo com as necessidades dos Programas do MOBREAL em desenvolvimento e com a orientação das respectivas Agências.

5 - Atender prioritariamente aos Programas de Alfabetização Funcional, dando ênfase especial à sua produtividade.

6 - Atingimento das metas quantitativas.

7 - Controle da evasão.

8 - Melhoria da qualidade pedagógica dos programas, controle e acompanhamento dessa qualidade.

9 - Atender prioritariamente as atividades-fim do MOBREAL (áreas de mobilização, pedagógica, cultural e profissionalização) em relação aos demais programas.

10 - Atingimento das metas quantitativas.

11 - Melhoria da qualidade dos programas, controle e acompanhamento dessa qualidade.

12 - Implantação de novos programas.

13 - Desenvolvimento da comunidade.

14 - Atender as atividades-meio do MOBREAL (áreas de apoio, financeira e informação), que possibilitem o desenvolvimento das atividades-fim.

Nas Coordenações Estaduais/Territoriais é o Agente Pedagógico o responsável pelos programas de alfabetização funcional. A ele compete:

- Elaborar, mensalmente, o planejamento das atividades da Agência Pedagógica, adequado à realidade local, integrando-o com demais Agências/SUSUG e compatível com prioridades da COEST/COTER e MOBREAL Central.

- Participar das reuniões do SUSUG na COEST/COTER, ou nos pólos estaduais, quando necessário, coletando informações dos programas e projetos, auxiliando no planejamento mensal dos SE, SA e realimentando, de imediato, as atividades de campo do SUSUG, na área pedagógica.

- Participar dos treinamentos e reuniões programados pela COEST/COTER.

- Estabelecer contato com entidades, visando a uma ação que venha beneficiar o desenvolvimento dos programas pedagógicos do MOBREAL.

- Planejar com outras Agências da COEST/COTER, a implantação e sustentação dos Programas e Projetos específicos da área pedagógica.
- Promover reuniões periódicas com todos os elementos da Agência Pedagógica, para planejamento de atividades, avaliação do trabalho desenvolvido, estudos sobre temas de interesse para atualização profissional etc.
- Participar de treinamentos, retreinos, reuniões etc. com elementos envolvidos nos programas e projetos da área pedagógica a cargo dos SE e SA (quando da ida da Agência a campo), com o intuito de acompanhar o trabalho do SUSUG e realimentar, de imediato, sua atuação.
- Avaliar o desempenho das COMUN e realimentá-las, quanto ao desenvolvimento dos programas, projetos e atividades na área pedagógica, quando da visita a municípios.
- Organizar trimestralmente o relatório das atividades desenvolvidas na área pedagógica e enviá-lo ao MOBRAF Central na data fixada pela GEPED.
- Colaborar com a COEST/COTER na implantação e sustentação de projetos das demais agências, quando possível e necessário.
- Coordenar, a nível de estado/território, as atividades do Programa de Alfabetização Funcional.
- Orientar tecnicamente e de maneira sistemática, nas bases metodológicas, os recursos humanos envolvidos no programa.
- Planejar, supervisionar e/ou executar treinamentos básicos e realimentações periódicas para os recursos humanos envolvidos no Programa de Alfabetização Funcional.
- Participar, sempre que possível, de encontros, reuniões, realimentações programados pelo SUSUG, COMUN, Grupos de Apoio etc.
- Visitar classes de Alfabetização Funcional, sempre que possível e/ou aproveitar a ida a municípios, para supervisioná-las pedagogicamente e avaliar o andamento do programa. Utilizar,

como roteiro para as visitas às classes, o ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DURANTE AS VISITAS ÀS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL - Anexo I.

- Analisar, em conjunto com os SE e SA, a situação do programa, nas classes visitadas para supervisão pedagógica, tomando as medidas realimentadoras.

- Avaliar o desempenho e realimentar os elementos envolvidos no programa (alfabetizadores, elementos da COMUN, SUSUG e da própria Agência Pedagógica), sempre que realizar supervisão às classes, visitas aos municípios e/ou participar de encontros, reuniões e realimentações.

A nível municipal, o responsável pelo Programa de Alfabetização Funcional é o Encarregado da Área Pedagógica, o EPEDE, elemento não remunerado da Comissão Municipal.

Sua ação se exerce em relação às seguintes funções principais:

- Recruta e seleciona alfabetizadores e animadores sob orientação do Encarregado de Supervisão Global;

- Estabelece critérios para a seleção de alfabetizadores e animadores, juntamente com a COMUN e sob a orientação do Encarregado de Supervisão Global;

- Organiza as classes;

- Controla o recebimento e remessa dos Boletins de Frequência;

- Assessora o alfabetizador e animador no preenchimento dos Boletins de Novos Convênios, Professores e Locais de Funcionamento de Classes (CAC), segundo as instruções contidas no Manual de Processamento de Dados;

- Verifica a compatibilidade de códigos entre o Boletim de Frequência, o volante, o cartão de controle de frequência e a lista de implementação;

- Vela pela entrega dos Boletins de Frequência e dos volantes;

- Encaminha os cartões perfurados à COEST/COTER até 5 ou 10 dias após o término do mês.

D - PESSOAL (RECRUTAMENTO, TREINAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO)

O quadro que se apresentava ao MOBRAL ao iniciar suas atividades em 1970, pode ser assim descrito:

- a escassez de recursos humanos especializados em educação de adultos; este foi, sem dúvida, um dos mais graves problemas que o MOBRAL teve, logo de início, de enfrentar. De fato, deve-se enfatizar, havia no Brasil toda uma tradição de formação de educadores especializados nos vários graus de ensino formal. As campanhas de alfabetização anteriores recrutaram para seus quadros esses valores que levaram para a sua ação toda uma bagagem enraizada nos cânones do ensino formal, adaptando-a à alfabetização de adultos, sem levar quase sempre em conta as características essenciais e existenciais desse adulto;

- o número excessivamente alto de analfabetos;

- a grande extensão territorial brasileira, com uma grande diversificação de realidades geográficas, culturais, étnicas e sociais;

- a falta de um sistema de comunicação constante que ligasse todo o país.

Levando em conta estes fatores, e tendo em vista os objetivos a que se propôs, o MOBRAL sentiu, logo de início, a necessidade de criar uma estrutura tal que lhe permitisse atender a todas estas variações que compunham o quadro sócio-econômico-cultural do Brasil. Para tanto, adotou como critérios básicos de atuação a descentralização das ações e a centralização do controle.

O MOBRAL, entretanto, estava consciente de que toda essa flexibilidade administrativa, se bem que fundamental, seria estéril se não investisse, prioritariamente, na formação de recursos humanos especializados em educação de adultos. Verificou-se ser imprescindível a implantação de um sistema de treinamento que viesse preencher a lacuna representada pela falta de recursos humanos que, por sua formação acadêmica, não

podiam ser considerados aptos para a execução de um programa de educação de adultos em larga escala. Em todos os níveis esta carência era sentida: MOBRAL Central, Coordenações Estaduais e Territoriais, Comissões Municipais, alfabetizadores e demais executores dos diversos programas que, ao longo do tempo, deveriam ser implantados pelo MOBRAL.

Por outro lado, consciente de que existem inúmeros indicadores que permitem apreciar objetivamente o desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade (condições sanitárias, alimentação e nutrição, emprego, habitação, lazer e atividades recreativas etc.), o MOBRAL recrutou, desde logo, para seus quadros dirigentes, uma equipe multidisciplinar de profissionais que estivessem atentos a todas as implicações de uma larga ação educacional.

A formação profissional e a sensibilidade de cada técnico, o conhecimento de experiências internacionais que lograram bons ou maus resultados, a análise crítica das campanhas de alfabetização nacionais que antecederam ao MOBRAL, o estudo da lei que criou este órgão e toda uma conscientização dos princípios da educação permanente foram as fontes orientadoras iniciais desta equipe polivalente de técnicos a quem coube deflagrar a ação desde o seu planejamento até a sua concretização em campo.

Por sua vez, essa equipe inicial vem sendo objeto de um contínuo aperfeiçoamento através de reciclagens internas, participação em cursos e seminários realizados no Brasil e no exterior e toda uma gama de informações e documentos fornecidos pelos órgãos do MOBRAL especializados nessas áreas.

Além de sua própria especialização, esta equipe inicial teve como uma de suas principais tarefas criar um sistema de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, em todos os níveis do MOBRAL. De fato, coube a estes profissionais criar um sistema próprio que habilitasse as pessoas envolvidas ou a serem envolvidas no processo a exercerem uma verdadeira ação andragógica.

Assim, coube a esta equipe a capacitação inicial dos recursos humanos das Coordenações Estaduais Territoriais e mesmo, quando necessário, dos elementos encarregados dos vários programas, a

nível de município, à proporção que estes iam sendo implantados. De fato, ressaltava-se que, à medida que se ampliavam as oportunidades educacionais representadas pelos vários programas do MOBREAL, tornava-se imperioso que novos elementos fossem capacitados dentro de uma área específica, sem que, no entanto, se perdesse de vista o princípio básico de que cada um desses programas não constitui uma unidade isolada, mas parte integrante de um Sistema de Educação Permanente.

O MOBREAL viu-se, assim, diante da necessidade de criar o seu próprio sistema de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Diante do compromisso assumido com a nação de erradicar o analfabetismo até 1980, diante ainda do excessivo número de analfabetos, o MOBREAL viu-se na contingência de recrutar e capacitar um grande número de alfabetizadores em todo o território nacional. Na impossibilidade de capacitar todos esses alfabetizadores diretamente, ou seja, pelo próprio MOBREAL Central, o que ademais não seria aconselhável, tendo em vista o princípio de adaptar cada programa às diferentes realidades existentes, o MOBREAL teve de montar e aperfeiçoar, com o correr dos anos, um esquema de treinamento de alfabetizadores por efeito multiplicador. Sentiu-se desde logo a necessidade de se contar, a nível de estado/território, com o elemento responsável pela adequação das orientações gerais à realidade local. Emerge assim a figura do agente. Surge o primeiro deles: o agente pedagógico.

Os agentes das Coordenações Estaduais/Territoriais são os responsáveis pela coordenação, planejamento e acompanhamento dos programas de sua área a nível de Unidade da Federação. São também os responsáveis pela adequação de cada programa à realidade de seu estado ou território. Seria, portanto, dispensável afirmar que, exatamente pela extrema importância de suas funções, a sua capacitação inicial e seu constante aperfeiçoamento profissional são objeto de especial atenção por parte do MOBREAL Central.

Inicialmente, os agentes têm sua capacitação assegurada por técnicos do MOBREAL Central. Cabe registrar que, embora cada agente tenha na sua capacitação inicial uma carga predominante

de informações sobre sua área específica de atuação, os demais programas do MOBREAL também lhe são apresentados para que, numa perspectiva crítica e analítica, o agente de cada área sinta-se responsável por um programa que, todavia, constitui, juntamente com os demais, parte integrante de um sistema.

Mas, a capacitação dos agentes não se limita a estas informações iniciais. Ao contrário, outras e variadas formas de capacitação são utilizadas. Algumas dessas formas serão descritas a seguir:

- 1) os agentes são alvo de uma assistência praticamente permanente, direta ou indiretamente, através de deslocamento, aos estados e territórios, de técnicos do MOBREAL Central para treinamento em serviço. Por vezes, esta assistência técnica é dada também por agentes mais antigos e experientes de outras Coordenações;
- 2) outra forma de assistência técnica prestada aos agentes é realizada através de uma correspondência sistemática e constante entre o agente de uma determinada área e a gerência ou centro do MOBREAL Central responsável pela área correspondente. Assim, o agente pedagógico, por exemplo, envia seu relatório à Gerência Pedagógica do MOBREAL Central, que lhe responde analisando-o dentro de uma perspectiva crítica, orientando, fornecendo subsídios para soluções de problemas, para um replanejamento das atividades e mesmo indicando bibliografia para seu constante aperfeiçoamento. O agente cultural tem este mesmo tipo de contato com o Centro Cultural do MOBREAL Central, o agente financeiro com a Gerência Financeira, etc.;
- 3) das formas mais eficientes de aperfeiçoamento dos recursos humanos envolvidos na ação do MOBREAL e mais especificamente dos agentes é o Encontro Nacional ou Regional desses agentes. Nesses encontros, embora a ênfase seja dada à análise dos programas e projetos de cada área específica de atuação de cada grupo de agentes (culturais, de ação comunitária, pedagógicos, de apoio, etc.), há ainda informações, estudos e reflexões sobre os demais programas do MOBREAL, sobre princípios de educação de adultos dentro de uma concepção de educação permanente, sobre desenvolvimento-comunitário etc. Nestes encontros, realizados

quase sempre anualmente, examinam-se também todos os programas, projetos e atividades de cada área, determinam-se as suas prioridades em cada unidade da Federação, dentro da perspectiva da estratégia anual, desta Organização.

A partir de 1973, principalmente, quando por força da criação de outros programas, novos agentes foram surgindo nas Coordenações, sentiu-se a necessidade de que elementos intermediários fossem engajados no Sistema MOBREAL a fim de que não só fossem os responsáveis pelo repasse aos elementos de base dos princípios norteadores de cada novo programa, como também pudessem ser os responsáveis por um verdadeiro trabalho de supervisão global. Fugindo, para melhor entendimento do sistema de capacitação de recursos humanos do MOBREAL, da ordem cronológica até então seguida neste capítulo, colocaremos agora a posição do Subsistema Global.

Instaladas as classes, criadas as Comissões Municipais, deflagrados, enfim, os Programas de Alfabetização Funcional e de Educação Integrada, sentiu-se a necessidade de instalar um Subsistema de Supervisão com o objetivo de conseguir melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais e melhor produtividade nos programas, coordenar o desenvolvimento harmônico dos planos e programas em todos os níveis e fornecer dados para estudos e reformulações.

Três níveis de supervisores foram criados e capacitados para suas funções:

- 1) o Supervisor Estadual/Territorial;
- 2) o Supervisor de Área;
- 3) o Supervisor de Município.

Os Supervisores Estaduais/Territoriais e de Área são parte do Subsistema de Supervisão Global do MOBREAL, órgão de extrema importância pelo caráter polivalente de suas funções, que torna viável, dentre outros fatores, a integridade da informação no sistema de treinamento por efeito multiplicador pelo qual o MOBREAL teve de optar.

O Supervisor de Área do MOBREAL, que tem atualmente entre 4 e 5

municípios sob sua responsabilidade, é alvo de especial atenção no que se refere à sua formação.

Ao ingressar no Sistema MOBRAL, o supervisor é objeto de uma formação inicial que consiste num estágio de 40 horas, aproximadamente, na Coordenação Estadual do MOBRAL, estágio este realizado sob a responsabilidade dos Supervisores Estaduais, dos agentes das diferentes áreas (pedagógica, cultural, profissional, de finanças, de ação comunitária etc.) e do Coordenador Estadual Adjunto. Neste estágio inicial são abordados grandes temas como:

- 1) a educação de adultos em uma perspectiva de educação permanente;
- 2) o Sistema MOBRAL – sua estrutura e funcionamento;
- 3) os programas e atividades do MOBRAL;
- 4) o conceito, os métodos e as técnicas de supervisão;
- 5) o conceito do MOBRAL de Supervisão Global (global porque os supervisores possuem um papel polivalente, na medida em que têm a seu cargo supervisionar todos os programas e atividades do MOBRAL no campo);
- 6) relações humanas.

Recebido o treinamento inicial e antes de assumir de fato suas funções, o novo supervisor recebe ainda um treinamento em serviço durante cerca de um mês, durante o qual ele é acompanhado por um supervisor mais antigo em suas funções.

Tendo sempre em vista a alta importância das funções do Supervisor de Área do MOBRAL, todos os meses, durante 4 dias em média, são realizados encontros de todos os elementos envolvidos na supervisão na Coordenação Estadual/Territorial, encontros estes sob a responsabilidade dos Supervisores Estaduais/Territoriais, dos agentes das várias áreas e, com frequência, de técnicos do MOBRAL Central. É no transcurso desses encontros mensais que os supervisores são realimentados em conteúdos teóricos e práticos dos diferentes programas do MOBRAL. É, ainda, durante esses encontros mensais, que são

realizadas atividades de avaliação dos trabalhos desenvolvidos e o planejamento (ou replanejamento) das ações.

Uma outra forma de qualificação até então utilizada eram os Treinamentos Globais Integrados e Sucessivos que contavam com material básico idêntico para todas as regiões: textos ilustrados e fitas gravadas. Sua flexibilidade metodológica e a diversificação de conteúdos com opção de uso possibilitada pela sua divisão em módulos por assunto visavam garantir a não massificação e a adequação de temas aos programas e necessidades do MOBRAL conforme cada comunidade e os recursos humanos envolvidos.

Os supervisores são objeto, ainda, de um outro tipo de formação, por meio de correspondência direta do MOBRAL Central - através da Coordenação do Subsistema de Supervisão Global - ou da Coordenação Estadual, através de cartas mensais que, sob forma de estudo dirigido, lhes dá subsídios para aprofundar seus conhecimentos teórico-práticos em matéria de supervisão.

Atualmente, o treinamento introdutório dos elementos da COMUN é de responsabilidade dos Supervisores de Área do MOBRAL.

Reportando-nos mais uma vez às origens do MOBRAL, é importante salientar o problema que teve de ser equacionado por esta Fundação, no que se refere à capacitação dos alfabetizadores, quando não só se engajam na ação, como também no seu constante aperfeiçoamento. É essa capacitação, sob suas diferentes formas, que pretendemos caracterizar agora.

Formação Inicial - ao ingressar no Sistema MOBRAL, um candidato a alfabetizador recebe um treinamento básico, com uma duração média de 24 horas, versando sobre os seguintes grandes temas:

- 1) a alfabetização de adultos numa perspectiva de educação permanente;
- 2) as características do aluno adolescente e adulto;
- 3) a relação professor/aluno;
- 4) os princípios de aceleração e de funcionalidade que estão subjacentes à metodologia do programa;

- 5) a metodologia do Programa de Alfabetização Funcional: cartaz gerador, palavra geradora, técnicas de trabalho em grupo e de trabalho diversificado, a utilização do material didático;
- 6) conteúdos gerais necessários ao desenvolvimento da metodologia: alimentação, trabalho, comunicação, cultura, higiene e saúde, transporte, habilitação etc., ao lado de informações sobre o conteúdo dos demais programas do MOBRAL;
- 7) avaliação do aluno, auto-avaliação do alfabetizador.

Treinamento em Serviço - além da formação inicial, especial ênfase é dada à capacitação do alfabetizador ao longo de cada convênio do Programa de Alfabetização Funcional. Essa capacitação em serviço é proporcionada através de visitas às classes, entrevistas/orientações com os supervisores, elementos da Comissão Municipal e elementos do corpo técnico das próprias Coordenações Estaduais/Territoriais.

Ao lado das visitas e entrevistas, estágios de reciclagem são organizados todos os meses, com duração média de 8 horas, com o objetivo de dar condições aos alfabetizadores de aprofundar seus conhecimentos e de aperfeiçoar seu trabalho de educadores de adultos. Nessa reciclagem periódica os temas a abordar são definidos em função das necessidades dos alfabetizadores.

O Material Didático - é outra fonte formadora e informadora dos alfabetizadores do MOBRAL. De fato, do conjunto de material didático do Programa de Alfabetização Funcional, faz parte o "Roteiro de Orientação do Alfabetizador". Esse Roteiro representa mais um meio de capacitação do alfabetizador, na medida em que apresenta, numa linguagem simples e acessível, toda uma teorização sobre educação de adultos, ao lado dos objetivos do Programa. O Roteiro fornece ainda orientações sobre o modo pelo qual o material didático deve ser utilizado nas classes.

É importante salientar ainda que o alfabetizador é sempre estimulado a participar, para o seu próprio enriquecimento pessoal, de outros programas do MOBRAL, em particular do Programa de Autodidatismo, cujo conteúdo lhe permite aumentar seus conhecimentos.

Tendo em vista o expressivo número de pessoas que já se engajaram no Programa de Alfabetização Funcional desde 1970, considerando que estas pessoas em sua expressiva maioria não tinham nenhuma formação anterior na área de educação de adultos, tendo em vista, finalmente, a oportunidade constante de encontros, orientações e reciclagens periódicas, pode-se afirmar, sem receio de ufanismo, que o MOBREAL tem representado a primeira grande agência de formação de educadores de adultos, mesmo que se considerasse a existência de um só programa como o de Alfabetização Funcional. Mas, os programas são vários, com seus objetivos específicos e, portanto, número ainda mais expressivo de educadores de adultos vem sendo habilitado pelo MOBREAL.

Quanto à remuneração de nosso pessoal, podemos dizer que:

- Os técnicos do MOBREAL Central são remunerados, de acordo com suas especialidades e níveis, em consonância com o mercado de trabalho do Rio de Janeiro, onde o mesmo se situa. A condição de Fundação permite que assim seja feito, pois os padrões salariais do funcionalismo público não permitiriam recrutar e manter, na quantidade necessária, os técnicos da qualidade desejada e imprescindível ao bom êxito de suas atividades.
- Os técnicos das COEST/COTER são remunerados de acordo com padrões médios determinados pelo MOBREAL Central. Esses padrões atendem às necessidades da maioria das coordenações. No entanto, em algumas delas, especialmente nos Estados mais ricos, há necessidade de oferecer salários mais elevados, para se poder obter bons profissionais.
- Os alfabetizadores do MOBREAL recebem uma remuneração que varia com a modalidade de PAF, mas que pode ser considerada apenas como uma gratificação. Nas regiões mais pobres mesmo esta pequena gratificação (em junho de 1980 em torno de CR\$ 1.000,00 por mês, isto é, cerca de US\$ 20,00 ao câmbio oficial) é incentivo suficiente para atrair o número desejado de alfabetizadores. Nas regiões mais ricas, no entanto, há necessidade, algumas vezes, de obter complementação para o salário dos alfabetizadores, como faz o governo do Estado de São Paulo, por exemplo.

- Os elementos das Comissões Municipais não são remunerados pelo MOBREAL. Muitos são voluntários e trabalham graciosamente. Outros são funcionários cedidos pelas prefeituras, ou por empresas e por elas remunerados.

Efetivamente, a experiência operacional mostrou que a alternativa de funcionar com diversas empresas transportadoras é substancialmente melhor do que com uma única. A conseqüente elevação dos custos foi minimizada pelo cumprimento dos prazos, fator primordial na manutenção dos fluxos de materiais para os depósitos descentralizados.

Com a implantação dos novos programas e com o aumento da escala de operações do MOBREAL como um todo, o Sistema Logístico apoiou-se no Subsistema de Informações.

As dificuldades do abastecimento e da função logística de modo geral, no âmbito do MOBREAL, são pertinentes mais à extensão territorial, ao número de unidades a serem atingidas e à diversificação de itens de material do que propriamente ao volume e peso das cargas.

Assim, em 1977, embora o material didático distribuído tenha alcançado apenas 1.755 toneladas métricas, foram distribuídos 3,5 milhões de conjuntos básicos de alfabetização funcional e de educação integrada, assim como 2.100.000 exemplares de livros de leitura continuada desses dois programas, em 3.755 municípios de todas as unidades da Federação.

Esses dados indicam que a logística do MOBREAL é certamente uma das maiores do mundo em extensão das linhas de distribuição. Por outro lado, a sua complexidade pode ser avaliada pela distribuição de 94 mil livros, correspondentes a 117 títulos diferentes, em cerca de 2,4 mil Postos Culturais, também espalhados por todo o território nacional.

Essa chamada "realimentação" dos Postos Culturais pelo Programa Cultural implica, outrossim, no fornecimento de dezenas de itens diversos de materiais, equipamentos e instrumentos.

Tais condições conduziram a evolução da logística do MOBREAL para a efficientização dos serviços de comunicações, uma vez que a integração do Sistema Logístico com o Subsistema de Informações somente fazia sentido através dessa providência.

Freqüentemente diante de dificuldades peculiares ao alcance de determinado município ou parte deste - principalmente na Região

Norte do País, com grandes áreas municipais – a logística tem se apoiado no Subsistema de Supervisão Global (SUSUG), por meio dos supervisores funcionando em diversos níveis (local, área de determinado número de municípios e estadual).

O SUSUG tem se posicionado como elemento de apoio, dando segurança ao fornecimento e captando informações para a logística, para permitir a adaptação a qualquer circunstância; em muitas ocasiões o próprio supervisor funciona como "agente logístico", conduzindo consigo o material a ser fornecido.

Outro meio de efficientização foi a implementação da rede de telex do MOBREAL, unindo todas as Coordenações Estaduais e algumas Territoriais. Com isto as comunicações não somente tiveram seu custo reduzido como modificaram o perfil de utilização.

Numa organização sujeita a constantes imprevisibilidades e a pressões permanentes com relação a prazos, como ocorre com o MOBREAL, o telefone é o veículo básico de comunicações. O telex, contudo, pode contrabalançar – pelo menos para a logística – esse imperativo.

Em termos estruturais, cabe registrar a evolução da logística no sentido da absorção pela Gerência de Apoio (GERAP).

2 - Recursos Financeiros

Os recursos financeiros do MOBREAL são obtidos, atualmente, de duas fontes principais:

- das empresas, que podem descontar até 2% de seu Imposto de Renda em favor do MOBREAL.
- da loteria esportiva, através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), que contempla várias entidades.

No ano de 1979 a receita do MOBREAL foi a seguinte:

FONTES	CR\$ 1.00	%
Imposto de Renda	1.281.626.313	76.80
FNDE	282.700.000	16.94
Diversas	99.370.519	5.96
União	5.000.000	0.30
T O T A L	1.668.696.832	100.00

Esses recursos são utilizados em todos os programas em andamento para pagar todas as atividades desenvolvidas pelo MOBREAL. Se quisermos ter uma noção de que parte desses recursos foi utilizada para a finalidade exclusiva do combate ao analfabetismo, podemos dizer que no Programa de Alfabetização Funcional foram empregados, em 1979, CR\$ 1.292.978.026, o que representa 73,32% da despesa global, que excedeu um pouco a receita arrecadada.

SEÇÃO IV - TREINAMENTO EM ALFABETIZAÇÃO: CURRÍCULO E ENFOQUE DAS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM

- A - Enfoque adotado das necessidades de aprendizagem: estágios de alfabetização e pós-alfabetização.
- B - Conteúdos, programas e desenvolvimento do currículo.
- C - Material didático.
- D - Métodos e veículos de treinamento.
- E - Avaliação dos resultados.

A - ENFOQUE ADOTADO DAS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM: ESTÁGIOS DE ALFABETIZAÇÃO E PÓS-ALFABETIZAÇÃO

A crença de que o homem, mesmo analfabeto e submetido às condições de marginalização econômica e social, é capaz de administrar o seu próprio processo de aprendizagem, levou o MOBREAL a definir como premissas básicas de sua prática educativa:

- admitir que nem sempre é a alfabetização que responde às necessidades prioritárias de educação do homem;
- conhecer o universo da comunidade e os instrumentos de que ela dispõe para criar e conviver com esse universo: linguagem, atividades, formas de participação social e o seu "saber" próprio;
- que os responsáveis pelas decisões, planejamento, administração e execução do setor educacional também se adequem, adotando filosofias e metodologias que lhes permitam conhecer o universo da comunidade: suas aspirações, recursos, limitações e objetivos;
- que o processo educativo, mesmo a partir da alfabetização, deve se iniciar centrado nas situações de vida da comunidade e considerar essas situações como espaços educativos.

Nessa perspectiva, o MOBREAL considera como constitutivos da sua proposta de Educação de Adolescentes e Adultos, a criação de oportunidades efetivas de:

- desenvolver mecanismos de participação social, voltados para soluções de mediação dos problemas concretos dos educandos;
- transferir para a vida prática do aluno conhecimentos, percepções e habilidades adquiridos e/ou enriquecidos no processo educativo;
- salvaguardar, tanto quanto possível, a identidade cultural da comunidade, contribuindo assim para que ela não seja campo de invasão mas se prepare, consolidada na sua própria cultura, e nos seus conhecimentos, para assimilar, selecionar e

- enriquecer os conhecimentos úteis que lhe chegarem através das tecnologias veiculadas pela sociedade industrial.

Considerada dentro do referencial maior da educação para o desenvolvimento mas comprometida também com o processo de promoção humana a educação de adultos, tal como é concebida pelo MOBRAL, rejeita princípios e metodologias que confinem a sua prática educativa dentro dos limites do adestramento de mão-de-obra, seja em que nível for.

Assim, na preocupação constante de colocar à disposição do adulto todos os meios que lhe permitissem a sua realização como pessoa, o MOBRAL cuidou para que diferentes programas respondessem a outras necessidades/aspirações dessa clientela carente, concretizando, dessa forma, cada vez mais o seu princípio de funcionalidade.

Ao longo dos anos, foram surgindo e sendo estimuladas iniciativas locais, uma vez que representavam a abertura do sistema para outras situações de vida do homem, que não eram unicamente aquelas respondidas pelos Programas Pedagógicos até então prioritários, mas outras situações tais como cultura, lazer, trabalho e saúde. Assim é que os Programas Cultural, de Profissionalização e de Educação Comunitária para a Saúde vieram referenciar iniciativas que as próprias comunidades já vinham realizando.

Esses programas, guardadas as suas especificidades, jamais foram considerados isoladamente mas como parte integrante de um sistema de Educação Permanente que se encontra ainda em estruturação, pois não atende igualmente, em termos de oferta, toda a clientela.

Ao implantá-lo o MOBRAL teve por objetivo oferecer à camada menos favorecida da sociedade brasileira novas modalidades de educação básica em nível local e comunitário com vistas a melhorar seus modos de vida, condições de emprego, ampliando assim suas perspectivas de integração e participação social.

Ao optar, pois, por uma metodologia plurifuncional, o MOBRAL, enquanto programa de massa inserido num país de dimensões

continentais, tem levado sempre em conta os grandes números a serem atingidos, a especificidade da sua clientela e a diversidade das realidades locais.

Ao sistematizar uma metodologia apropriada a seus programas de massa, vêm sendo desenvolvidas através de sua prática educativa novas formas de abordagens de alunos e utilizados diferentes recursos de ensino e verificação. Criou-se assim um método ativo, dialogal e crítico.

Modificou-se o conteúdo da aprendizagem com a utilização de técnicas apropriadas com vistas a eliminar quaisquer mecanismos de seleção que dificultassem ou impedissem a permanência do aluno nos seus programas.

Essa metodologia vem se estruturando dentro de uma ampla margem de liberdade e é dentro dessa perspectiva que o MOBRAL, em todo o seu processo educativo, passou a utilizar modelos alternativos extremamente flexíveis, o que lhe permitiu atingir a curto prazo números significativos de adolescentes e adultos preservando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento e as iniciativas individuais e grupais sensível também à especificidade da clientela e a diversidade de situações do país (realidades locais e regionais). A grande busca do MOBRAL se faz no sentido de que o conteúdo de cada um de seus programas passe cada vez mais a ser gerado na própria comunidade, esta entendida, então, como o grande espaço educativo.

O corolário dessa concepção é que a ação educativa não pode ser orientada por nenhum princípio rígido. Ao contrário, a flexibilidade deve ser o grande princípio norteador da ação, sem a qual toda ação educativa estará fadada ao insucesso.

Por outro lado, se os conteúdos educativos são aqueles gerados nas próprias comunidades, segue-se que os Programas do MOBRAL correspondem a necessidades e expectativas dessas comunidades ou, em outras palavras, representam possibilidades de o homem realizar-se como pessoa.

Neste enfoque a Educação de Adultos tem como campo de ação o espaço de vida de sua clientela e, em todos os momentos, deve

colaborar para que o homem possa ampliar este espaço, determinar seus objetivos e aspirações tanto pessoais como comunitários, e criar as suas estratégias de sobrevivência. E, já que é a clientela que põe em prática e concretiza os objetivos dos programas da Educação de Adultos, ela deve também colocar conteúdos próprios naqueles programas.

Desta forma é possível criar condições para que as populações participem, direta e intensamente – através da educação – dos processos de promoção humana e de mudança pelos quais ela é também responsável.

B - CONTEÚDOS, PROGRAMAS E DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O Programa de Alfabetização Funcional visa a conduzir a pessoa humana a adquirir as técnicas de leitura, escrita e cálculo, como meio para integrá-la à sua comunidade, permitindo a obtenção de melhores condições de vida.

Esse Programa tem os seguintes objetivos específicos:

- 1) desenvolver nos alunos as habilidades de leitura, escrita e contagem;
- 2) desenvolver um vocabulário que permita o enriquecimento de seus alunos;
- 3) desenvolver o raciocínio, visando facilitar a resolução de seus problemas e os de sua comunidade;
- 4) formar hábitos e atitudes positivas, em relação ao trabalho;
- 5) desenvolver a criatividade, a fim de melhorar as condições de vida, aproveitando os recursos disponíveis;
- 6) levar os alunos:
 - a conhecerem seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária;
 - a se empenharem na conservação da saúde e melhoria das condições de higiene pessoal, familiar e da comunidade;
 - a se certificarem da responsabilidade de cada um, na manutenção e melhoria dos serviços públicos de sua comunidade e na conservação dos seus bens e instituições;
 - a participação no desenvolvimento da comunidade, tendo em vista o bem-estar das pessoas.

Espera-se, assim, oferecer, através de uma metodologia específica, oportunidades de desenvolvimento não só da escrita, da leitura e do cálculo, mas também da formação para a

responsabilidade, para liberdade, capacitando o homem para sua inserção e ação na sociedade a que pertence, respondendo às necessidades da comunidade.

Todo o trabalho metodológico do Programa de Alfabetização Funcional está baseado em técnicas de trabalho em grupo, em ajuda mútua e inserção comunitária. Desenvolvimento pessoal e desenvolvimento comunitário estão intimamente relacionados, um não se fazendo sem o outro.

Pode-se dizer, ainda, que o conteúdo da atividade educativa tem origem na experiência de vida do homem. Este conteúdo, que é parte da vivência do educando, é enriquecido durante o processo educativo e vivenciado mais uma vez pelo sujeito do processo.

O método utilizado se fundamenta no aproveitamento das experiências significativas da clientela. Usa palavras geradoras que se apóiam nas necessidades básicas do homem, o que garante o interesse e envolvimento dos alunos. Essas palavras têm uso universal nas várias regiões brasileiras.

No ensino de cada uma das palavras geradoras, se recomenda obedecer a uma série de procedimentos, a seguir enumerados, que conduzirão ao desenvolvimento adequado do processo de alfabetização funcional:

- 1) apresentação e exploração do cartaz gerador;
- 2) estudo da palavra geradora, depreendida do cartaz;
- 3) decomposição silábica da palavra geradora;
- 4) estudo das famílias silábicas, com base nas palavras geradoras;
- 5) formação e estudo de palavras novas;
- 6) formação e estudo de frases e textos.

Veremos, agora, de modo mais pormenorizado, as fases ou passos do processo de ensino-aprendizagem.

1) Apresentação e exploração do cartaz gerador

De início, o aluno não lê ou sequer vê escrita a palavra que já está presente, em imagem, no cartaz apresentado pelo professor.

Desinibindo os alunos nas primeiras aulas de cada palavra geradora e estimulando-lhes motivações internas, o debate sobre o cartaz gerador desperta-lhes o interesse, levando-os a descobrir, concluir e fixar. Enfim, a participar integralmente do processo.

O papel do alfabetizador, nesta fase, é o de estimular, através de perguntas e depoimentos – surgidos de técnicas adequadas de grupo – a reflexão, auxiliando os alunos na comunicação e expressão com clareza de seus pensamentos, experiências e conclusões.

A sistematização e síntese das conclusões e idéias principais apresentadas, durante o debate, constituem a etapa de fixação dos conhecimentos obtidos.

2) Estudo da palavra geradora

As palavras geradoras, como se citou anteriormente, são selecionadas a partir das necessidades humanas básicas, tendo, assim, pertinência semântica em relação ao mundo físico ou psíquico do aluno, do seu contexto social e profissional.

Aproveitando as palavras geradoras, dos diversos conjuntos didáticos, em uso no Programa de Alfabetização Funcional, assim exemplificaríamos.

NECESSIDADES BÁSICAS (campos semânticos: exploração do cartaz e do significado da palavra)	PALAVRAS GERADORAS (forma significante: aprendizagem da leitura e escrita)
EDUCAÇÃO SAÚDE ALIMENTAÇÃO HABITAÇÃO LAZER TRABALHO PREVIDÊNCIA SOCIAL VESTUÁRIO LIBERDADES HUMANAS	ESCOLA/PROFESSORA REMÉDIO/VACINA COMIDA/PANELA/COZINHA TIJOLO/CASA RÁDIO/FUTEBOL/VIAGEM TRABALHO/MÁQUINA HOSPITAL/TRABALHO/UNIÃO SAPATO/PLÁSTICO VIDA/FAMÍLIA/FÉ/AMOR

À medida que o aluno vai desenvolvendo sua capacidade de leitura, as séries de palavras com denominador semântico comum vão sendo melhor aproveitadas, através de leituras contextuais.

3) Decomposição silábica da palavra geradora

Do todo expressional (a palavra como forma sonora) se chega às partes componentes (sílabas).

Além disso, a decomposição silábica, com valorização fonêmica, permite que o aluno fixe, de imediato, as estruturas silábicas partindo de esquemas simples e possibilitando chegar a esquemas complexos.

4) Estudo das famílias silábicas

Decomposta a palavra geradora em sílabas, leva-se o aluno a conhecer as famílias silábicas correspondentes. Várias atividades de fixação devem ser realizadas nessa etapa.

5) Formação e estudo de novas palavras

Conhecidas as famílias silábicas, torna-se necessário fazer o aluno perceber a função dessas sílabas, senti-las vivas e atuantes na língua, formando novas palavras. Assim, a sílaba (por ex.: ba) será não só reconhecida como manipulada pelo aluno, na formação da unidade lingüística superior: a palavra (batuque, banana, trabalho, goiaba). Prevê-se, também, a discussão sobre o significado de cada palavra descoberta.

6) Formação e estudo de frases e textos

A partir do estudo de palavras, o aluno forma frases e textos. Essa etapa é importante. Enquanto os alunos estão fixando as palavras estudadas, também aprendem a expressar as idéias, oralmente ou por escrito.

O progresso do aluno é gradual, aos poucos vão surgindo frases e pequenos textos suplementares. Durante o Curso o aluno recebe livros de leitura continuada para exercitar e ganhar velocidade

na leitura.

O ensino da escrita é paralelo ao da leitura. Quando na palavra geradora aparece um fonema que pode ser registrado de formas diferentes, todas essas formas são ensinadas, evitando-se, assim, a redundância fonêmica de uma nova palavra geradora e enfatizando-se um fonema já estudado.

A ortografia é objeto de cuidados, sem que lhe seja dada uma ênfase capaz de transformá-la em obstáculo no processo de alfabetização.

O ensino da matemática é paralelo ao da leitura e escrita. O alfabetizador parte da verificação dos conhecimentos que os alunos já possuem, sistematizando-os e ampliando-os. O processo se completa com a aplicação dos conhecimentos adquiridos em situações práticas.

A metodologia adotada pelo MOBREAL representa, dessa forma, um esforço no sentido de atender as características individuais do alfabetizando, cuidando não apenas das suas necessidades, limitações e possibilidades, mas também dos interesses da comunidade.

C - MATERIAL DIDÁTICO

Para o desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, o MOBRAL coloca à disposição de alunos e alfabetizadores publicações didáticas, Básicas e Complementares.

As Publicações Didáticas Básicas são aquelas consideradas indispensáveis à consecução dos objetivos propostos pelo Programa. Desse conjunto fazem parte as seguintes publicações:

- Roteiro de Orientações ao Alfabetizador (ROA) - Instrumento didático que apresenta sugestões de trabalho e orientações ao alfabetizador, para o bom desenvolvimento da metodologia do Programa.
- Guia do Alfabetizador - Instrumento didático, específico de cada editora, que orienta o alfabetizador na utilização do Conjunto Básico, aplicando a metodologia preconizada pelo MOBRAL.
- Cartazes - Instrumento didático que estimula debates sobre a temática e significação da ilustração, originando a Palavra Geradora.
- Cartões - Instrumento didático que complementa os Cartazes e apresenta as Palavras Geradoras.
- Livro de Leitura - Instrumento didático destinado a concretizar as etapas do método, permitindo a aquisição de automatismo e habilidades em leitura. Contém:
 - Palavras Geradoras - palavras relacionadas com as necessidades humanas básicas (Educação, Habitação, Saúde, Alimentação, Trabalho, Previdência Social, Liberdades Humanas, Vestuário e Lazer), que introduzem os fonemas a serem estudados, permitindo o desenvolvimento do processo de aprendizagem da leitura e da escrita.
 - Palavras-Exemplo - palavras formadas com as sílabas das famílias silábicas da Palavra Geradora da lição e/ou das famílias silábicas das Palavras Geradoras de lições anteriores.

- Frases-Contexto - frases apresentadas no final de cada lição, que utilizam palavras formadas com os fonemas já estudados e, sempre que possível, ligadas semanticamente às Palavras Geradoras.
- Textos-Finais - textos que, utilizando temas adequados às características dos alunos, aparecem no final do livro, permitindo a continuidade do processo da aprendizagem de leitura, através do contato com estruturas mais complexas.
- Livro de Exercícios de Linguagem - Instrumento didático que visa permitir o desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, na área de linguagem, através da fixação do conteúdo e do estímulo à participação ativa do aluno no processo (leitura/escrita).
- Livro de Exercícios de Matemática - Instrumento didático que visa permitir o desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, na área de matemática, através da fixação do conteúdo e do estímulo à participação ativa do aluno no processo.

Publicações Didáticas Complementares são as que funcionam como apoio ao Programa de Alfabetização Funcional. Neste programa, temos dois tipos destas publicações, livros e jornal.

- Livro - Instrumento didático que estimula e desenvolve o hábito e as habilidades de leitura, favorece a pesquisa e possibilita condições de aprendizagem, paralelas ao trabalho em classe.
- Jornal - Instrumento didático que possibilita a aquisição e atualização de conhecimentos científicos e culturais, desperta e mantém o hábito de leitura.

D - MÉTODOS E VEÍCULOS DE TREINAMENTO

Na fase de implantação do Programa de Alfabetização Funcional foram adotados métodos conhecidos para, em função dos resultados iniciais obtidos, selecionar-se o que melhor pudesse atender as necessidades de um programa de massa, sendo flexível o suficiente para atender as particularidades de cada região e de cada grupo populacional envolvido.

Pode-se afirmar que, após a fase de implantação, o método permaneceu constante. Na realidade, a variação que ocorreu diz respeito, apenas, às orientações para sua aplicação. Por outro lado, tais alterações ocorreram com maior ênfase a partir de 1977, ou seja, durante a fase de diversificação do programa.

Citaremos algumas dessas modificações, pois, por seu caráter específico e particular, não dão lugar a uma análise mais profunda. São elas:

- 1) menor ou maior ênfase ao uso do cartaz gerador, no momento da exploração da palavra;
- 2) uso de outros materiais ou recursos para decodificação da palavra, usando o cartaz gerador, para enriquecimento de aspectos gerais;
- 3) ênfase maior às técnicas de ler, escrever e contar, nos três primeiros meses. Nos dois meses restantes é dada continuidade à aprendizagem da leitura, escrita e cálculo, abordando-se também assuntos gerais, ligados às demais necessidades do aluno, que vêm garantir a funcionalidade global. Nesse momento, mais que no primeiro, é enfatizada a realização de atividades extraclasse, tais como a participação dos alunos em outros programas do MOBREAL.

É importante frisar que essas mudanças nas orientações partiram do MOBREAL Central, numa linha não diretiva, ou seja, as Coordenações têm autonomia para optarem pela forma que lhes parece mais adequada, para o desenvolvimento do processo de alfabetização.

O treinamento de alfabetização chega aos alunos por diferentes veículos, de acordo com a modalidade do Programa de Alfabetização Funcional que estiver sendo desenvolvida. Os principais são:

em salas de aula, através de alfabetizadores;
pelo rádio;
pela televisão.

As veiculações por rádio e por televisão podem ser assistidas isoladamente ou em grupos. Neste último caso, pode haver um monitor para orientar o desenvolvimento dos alunos, funcionando o meio de comunicação de massa como um acessório de ensino. Na letra E da seção V este assunto será mais desenvolvido.

E - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Outro aspecto importante do contexto metodológico é o de avaliação.

O MOBREAL elaborou uma série de itens para orientar e auxiliar o alfabetizador, na tarefa de identificar se o aluno pode ou não ser considerado como alfabetizado e, mais ainda, se está ou não pronto para prosseguir em estudo mais avançado.

Durante os dois primeiros períodos, esses itens eram apresentados em forma de lista, chamada decálogo, e no qual se fixava que, para ser considerado alfabetizado, o aluno devia:

- 1) saber ler e escrever seu próprio nome, endereço e de toda a sua família;
- 2) saber ler e escrever ordens escritas;
- 3) ser capaz de escrever pequenos bilhetes, passar telegramas e recibos, bem como redigir requerimentos, se for orientado para isso;
- 4) saber resolver pequenos problemas, simples, sobre os acontecimentos do dia-a-dia;
- 5) saber somar e conferir notas de compra;
- 6) saber calcular os gêneros alimentícios que precisa comprar para a família;
- 7) saber fazer troco com o dinheiro em circulação (notas e moedas);
- 8) fazer o cálculo do tempo necessário, para viagens e deslocamentos em condução;
- 9) saber expressar-se oralmente e por escrito de maneira simples e compreensível;
- 10) saber ler e interpretar pequenos trechos (jornais, revistas, cartas etc.).

No decorrer desses dois primeiros períodos, no entanto, sentiu-se

a necessidade de operacionalizar esse decálogo, para que se tornasse de mais fácil utilização pelo alfabetizador.

Foram, então repensados esses requisitos, para que se pudesse considerar o aluno como alfabetizado, sendo os mesmos reformulados em termos de objetivos terminais e intermediários.

Dessa forma, foi estabelecido que, para ser considerado alfabetizado, o aluno deve ser capaz de:

- 1) identificar o conteúdo dos textos e das frases que lê;
- 2) escrever textos e frases com sentido completo;
- 3) resolver situações-problema, envolvendo as quatro operações com números de 1 a 2 algarismos, com e sem agrupamento;
- 4) resolver situações-problema, que envolvam medidas de comprimento (m, cm, km), cálculo de perímetro, medida de capacidade, medidas de massa (g e kg), medidas de valor (cruzeiro e centavos), medidas de tempo (dia, mês, hora etc.), utilizando quantidades inteiras e frações.

Esses objetivos, acima expostos, são considerados terminais e, para serem alcançados, é necessário que o aluno atinja objetivos intermediários, que são:

- 1) dar, oralmente, o significado da palavra geradora;
- 2) identificar a palavra geradora;
- 3) relacionar a palavra geradora escrita com o seu significado;
- 4) escrever a palavra geradora;
- 5) separar as sílabas da palavra geradora;
- 6) discriminar as sílabas da palavra geradora;
- 7) distinguir as famílias silábicas da palavra geradora;
- 8) formar, oralmente, novas palavras com as famílias silábicas da palavra geradora;
- 9) dar, oralmente, o significado da nova palavra formada;

- 10) ler as palavras formadas com as famílias silábicas estudadas;
- 11) escrever novas palavras com as famílias silábicas estudadas;
- 12) ler qualquer palavra;
- 13) escrever qualquer palavra;
- 14) formar frases oralmente;
- 15) ler frases;
- 16) escrever frases;
- 17) ler textos;
- 18) reproduzir, oralmente, um texto lido, usando as próprias palavras;
- 19) escrever textos.

Em matemática, são os seguintes os objetivos intermediários:

- 1) ler e escrever números de um algarismo;
- 2) adicionar e subtrair números de um algarismo;
- 3) multiplicar e dividir com números de um algarismo;
- 4) ler e escrever números de dois algarismos;
- 5) adicionar e subtrair, sem agrupamentos, usando números de dois algarismos;
- 6) multiplicar e dividir números de dois algarismos por números de um algarismo, sem agrupamento;
- 7) somar e subtrair com agrupamento, usando números de dois algarismos;
- 8) identificar as unidades de medida de comprimento (m, cm, km);
- 9) ler e escrever medidas de comprimento (m, cm, km) envolvendo somente números inteiros;
- 10) ler e escrever medidas de comprimento (m, cm, km), envolvendo os números fracionários $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$;

- 11) operar com medida de comprimento (m, cm, km);
- 12) identificar as medidas de valor (cruzeiro e centavo);
- 13) ler e escrever medidas de valor, envolvendo sô cruzeiros;
- 14) ler e escrever medidas de valor, envolvendo cruzeiros e centavos;
- 15) operar com medidas de valor, envolvendo cruzeiros e centavos;
- 16) identificar unidades de medida de tempo (hora, dia, semana, mês etc.);
- 17) ler e escrever medidas de tempo, envolvendo números inteiros;
- 18) ler e escrever medidas de tempo, envolvendo números fracionários;
- 19) operar com medidas de tempo;
- 20) identificar as figuras geométricas planas - quadrado, retângulo, triângulo;
- 21) calcular o perímetro de figuras planas.

O alfabetizador, devidamente orientado, tem toda a autonomia para considerar seu aluno como alfabetizado ou não. A avaliação é realizada durante o próprio processo de alfabetização, permitindo, através do conhecimento do ritmo de aprendizagem de cada um dos alunos, um trabalho que leve em consideração as diferenças individuais.

Além desses objetivos, que dizem respeito especificamente à área cognitiva, devem também ser levados em conta os objetivos geral e específicos do Programa de Alfabetização Funcional, explicitados no início desse estudo.

Em síntese, pode-se dizer que, no tocante à metodologia do Programa de Alfabetização Funcional, as modificações que ocorreram durante esses dez anos traduzem uma busca de aprimoramento de seus diversos aspectos, e, também, uma necessidade de flexibilidade das orientações dadas. Por outro lado, buscou-se, ainda, dar ao alfabetizador mais e melhores recursos que possibilitassem uma aplicação mais produtiva da metodologia.

SEÇÃO V - AVALIAÇÃO E MONITORIA DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO

- A - Sistemas de avaliação pré-programática, formativa e posterior
- B - Áreas de maior interesse merecedoras de avaliação profunda
- C - Indicadores elaborados para relatar objetivos e produtos, custos e benefícios
- D - Sistemas de informação e processamento de dados usados
- E - Técnicas de monitoria em programa de alfabetização

A - SISTEMAS DE AVALIAÇÃO PRÉ-PROGRAMÁTICA, FORMATIVA E POSTERIOR

O MOBRAL, como um movimento de educação de massa, não deu grande importância ao diagnóstico preciso das comunidades onde pretendia atuar - na realidade, todo o território brasileiro e uma população de analfabetos superior a 18 milhões, em 1970, disseminada pelas zonas urbanas, periféricas e rurais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, com densidades demográficas variando de quase desertos às áreas superpovoadas. Além disso, este universo de analfabetos adultos continuava a receber expressivo reforço, algo como meio milhão de novos elementos por ano. Estes eram os dados que nos bastavam para nos lançarmos, sem maiores delongas e sem planejamento detalhado, de encontro ao problema. Temos plena consciência do que foi feito, e a certeza de que quaisquer tentativas de efetuar diagnósticos regionais mais sofisticados teria impedido, definitivamente, o início das ações.

É certo que o MOBRAL contou com fatores positivos que lhe facilitaram a ação. Dentre esses, ressaltamos:

a) a unidade lingüística de nosso país, que possui uma única língua oficial, o português, falado por todos os brasileiros; no Brasil não existem dialetos, apenas modismos regionais que os meios de comunicação de massa estão homogeneizando, cada vez mais;

b) uma consciência generalizada, na nação brasileira, por motivos que já apontamos na Seção I, da necessidade de combater e erradicar o analfabetismo, sem maiores justificativas para esta ação.

Desse modo, a ação do MOBRAL, não só no Programa de Alfabetização Funcional como em todo o extenso leque de programas que formam sua proposta de Educação Permanente, sempre foi considerada como justificada por uma evidência tão palpável que eram desnecessários maiores cuidados com esta justificativa.

A própria sistemática de criação dos programas do MOBRAL, sempre como uma resposta aos anseios das comunidades, anseios esses

captados pela gigantesca rede de agentes espalhados pelos mais longínquos rincões do território nacional, garante sua adequabilidade.

Os resultados desses programas, quantitativos e qualitativos, também captados por essa extensa rede e processados no MOBRAL Central, e aí analisados, permitem o acompanhamento paralelo das ações desenvolvidas e a efetivação dos reajustes necessários.

A análise desta gigantesca massa de informação que flui, dia após dia, ano após ano, permite que se formem quadros muito precisos dos resultados obtidos pelos diferentes programas do MOBRAL e da evolução das comunidades em que estes programas se desenvolvem.

B - ÁREAS DE MAIOR INTERESSE MERECEDORAS DE AVALIAÇÃO PROFUNDA

O início efetivo do funcionamento do MOBRAL, 1970, coincidiu com a realização de um Censo Geral, no Brasil. Ao longo desses dez anos de atuação, têm sido conduzidas, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a intervalos de aproximadamente dois anos, Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (PNAD), que abrangem várias áreas de interesse do MOBRAL e têm oferecido subsídios para confirmar ou não nossas expectativas.

Em 1980, ano previsto para alcançarmos o índice de 10%, convencionado como o da erradicação, será feito no país outro Censo Geral. Este censo permitirá, de modo mais confiável, uma verificação dos resultados obtidos pelo MOBRAL ao longo de seus dez anos de funcionamento.

De qualquer modo, é oportuno observar que os fenômenos sociais têm causalidade múltipla e complexa, sendo certamente a educação uma delas, e uma das mais importantes, mas certamente não a única. Desse modo, não achamos que seja possível avaliar os resultados da atuação do MOBRAL, em todos os vários campos onde esta atuação se fará sentir, pela total impossibilidade de isolar que parcela destes resultados corresponde à educação e, desta parcela, qual a contribuição efetiva do MOBRAL.

Não se trata de desinteresse do MOBRAL por esses aspectos. A própria relação de pesquisas efetuadas ou em andamento, relacionadas na seção VI, mostra o interesse do MOBRAL pelos resultados últimos de sua ação. Trata-se, isto sim, da certeza da grande dificuldade, senão de impossibilidade, de separar que fatia do desenvolvimento social brasileiro correspondeu à educação e, desta fatia, qual a parte que cabe ao MOBRAL. Por isso, o MOBRAL quase sempre se fixa na quantificação de seus resultados, e não se preocupa muito com as conseqüências desses resultados, na certeza de que a correlação é positiva e expressiva.

C - INDICADORES USADOS PARA RELATAR OBJETIVOS E RESULTADOS, CUSTOS E BENEFÍCIOS

Como já vimos, o Programa de Alfabetização Funcional dá ênfase aos resultados quantitativos que tem obtido, nas diversas modalidades em que é conduzido, resultados esses expressos por unidades da Federação (estado/território) e globalmente.

Os objetivos são as metas por estado/território, dimensionadas anualmente em função dos resultados obtidos e do que falta ser alcançado para a erradicação, em 1980.

A esta fixação anual de metas quantitativas corresponde, evidentemente, uma alocação proporcional de recursos, uma intensificação setorial dos processos de mobilização de alfabetizadores e alunos e uma atuação dos diferentes programas do MOBREAL no apoio da alfabetização, sempre que necessário.

Como também vimos anteriormente, a organização não se preocupa por construir análises de custos/benefícios para o Programa de Alfabetização Funcional. Isto se deveu a vários fatores, dentre os quais podemos enfatizar:

- a) os benefícios da alfabetização são tão óbvios que não necessitam de comprovação;
- b) os custos do processo de alfabetização conduzidos pelo MOBREAL são extremamente baixos, qualquer que seja a comparação que se faça, quer com o ensino regular, quer com outros sistemas de educação de adultos;
- c) reduzir os benefícios da alfabetização a uma cifra monetária certamente não representará esses benefícios e será, com toda certeza, fruto de algum artifício engenhoso que irá distorcer o fenômeno altamente complexo que pretenda espelhar.

De qualquer modo, e com o objetivo de concorrer com outros pretendentes a recursos financeiros eventualmente disponíveis, o MOBREAL realizou as análises de custos/benefícios do Programa de Educação Integrada e do Programa de Educação Comunitária para a

Saúde. Como seria de esperar, as taxas de retorno encontradas foram altíssimas, o que veio corroborar o grande rendimento social desses programas.

D - SISTEMA DE INFORMAÇÕES E PROCESSAMENTO DE DADOS USADOS

Desde o início da atuação efetiva do MOBREAL, em 1970, poucos anos foram necessários para que sua área de abrangência alcançasse todos os cerca de quatro mil municípios do Brasil. Esta escalada fez com que o processo manual de controle de convênios de alfabetização, utilizado nos anos de 1970 a 1973; rapidamente se mostrasse insuficiente para sua tarefa.

Para resolver o problema foi criado, em 1973, o Subsistema Integrado de Informação, o SIIMO. A equipe encarregada de sua implantação optou pela solução da integração modular, ou seja, rejeitou a criação de um sistema único de informações gerenciais e preferiu um conjunto de subsistemas integrados. Os diferentes módulos deste subsistema deveriam armazenar (em equipamentos eletrônicos de processamento de dados, ou não) dados específicos que, quando tratados, suportassem estudos por parte dos usuários.

Em seguida, o MOBREAL contratou os serviços de uma empresa especializada para o tratamento das informações coletadas. Foi iniciado, em todo o território nacional, o treinamento dos Supervisores Estaduais e Supervisores de Área, bem como dos Auxiliares de Informática, para que pudessem registrar, codificar e coletar as informações sobre os convênios de alfabetização funcional (locais das classes, frequência, desistências, aprovação, etc.). Em seguida, foi qualificado um elemento em cada Comissão Municipal, em todos os municípios do Brasil. Também os alfabetizadores foram treinados, como os elementos iniciais geradores das informações que iriam alimentar o sistema.

Com a evolução administrativa da Fundação, o SIIMO, inicialmente ligado a Assessoria de Organização e Métodos passou para a Assessoria de Organização e Planejamento; mais tarde, transformou-se no Grupo Especial de Implantação e Informática para, finalmente, constituir a Gerência de Informática (GEFOR) diretamente subordinada à Secretaria Executiva. Em 1977 o MOBREAL passou a assumir a execução das atividades de processamento de dados, através a implantação de seu próprio centro, consolidado em 1978. O equipamento utilizado foi um computador COBRA-400, de

fabricação nacional.

Algumas atividades, no entanto, dentre as quais o acompanhamento dos convênios do Programa de Alfabetização Funcional, continuaram a ser executados por firmas contratadas. Na dependência da existência de recursos, a GEFOR pretende se responsabilizar por todos os serviços de processamento de dados, o que será conseguido após a aquisição de um computador de porte médio.

A Gerência de Informática é dividida em cinco setores: Setor de Controle de Programas (SECOP), Setor de Organização e Desenvolvimento de Sistemas Administrativos (SOSAD), Setor de Desenvolvimento de Sistemas (DESI), Setor de Produção (PRODU) e Setor de Planejamento (PLANE).

Em cada Coordenação Estadual/Territorial a GEFOR possui um agente homólogo, o Agente de Informática (ANFOR). Em cada Comissão Municipal existe um elemento Encarregado da Área de Informática (ENFOR). Estes elementos, juntamente com os alfabetizadores e monitores dos programas do MOBREAL, e os membros do SUSUG, completam a gigantesca rede de coleta de informações que se estende por todo o país e está presente em todos os seus quase quatro mil municípios. Esta rede mobiliza uma verdadeira massa de informação, quantitativas e qualitativas, que permite ao MOBREAL Central acompanhar minuciosamente o andamento de todos os seus programas e fazer as análises que deseja.

E - TÉCNICAS DE MONITORIA EM PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO

As técnicas de monitoria usadas pelos alfabetizadores do Programa de Alfabetização Funcional calcam-se em alguns princípios básicos:

- 1) O PAF destina-se a adolescentes e adultos, e não a crianças; desse modo, é necessário enfatizar a motivação e a valorização das experiências de vida de cada um.
- 2) É necessário promover os alunos e torná-los centros de nossa ação, com vistas a reintegrá-los em suas comunidades, como elementos participativos.
- 3) As situações de classe devem reproduzir situações mais do dia-a-dia de cada um, as realidades locais com toda a sua riqueza e variedade. Educação é vida. A classe é parte dessa vida.
- 4) O homem alfabetizado deve ser capaz de participar de sua comunidade, como construtor de seu próprio desenvolvimento. Deve compreender o seu papel no desenvolvimento do país, a comunidade mais abrangente.
- 5) Para que a alfabetização se faça funcional, deve estar relacionada com os propósitos do aluno e da comunidade.
- 6) O aprender está ligado ao viver e deve se processar através de uma variedade de experiências, que beneficiem o aluno. Ele deve ser atendido em suas necessidades individuais e grupais.
- 7) O aluno deve ser induzido a pensar, a refletir no papel que o homem representa diante do mundo em que vive. A ele cabe a responsabilidade de transformação e do aproveitamento de tudo que o cerca.

Baseado nestes princípios, o monitor do PAF irá usar técnicas de trabalho em grupo. Para isso, ele será treinado para aplicar, principalmente: a tempestade mental; o cochicho (discussão face a face); a discussão em pequenos grupos; e a preleção. Quando usando a preleção, o alfabetizador é orientado para fazer um

grande número de perguntas, não apenas de verificação, mas também de motivação, para acompanhar o progresso dos alunos e para estimular sua participação ativa nas aulas.

O material audiovisual de apoio consta, principalmente, de:

- Quadro de giz, giz, apagador;
- Quadro de pregas, flanelógrafo, quadros murais;
- Modelos e objetos reais;
- Um Conjunto Didático Básico, que se compõe de:
 - cartazes geradores;
 - cartões com as palavras geradoras;
 - Manual do Alfabetizador;
 - Roteiro de Orientação ao Alfabetizador;
 - Livro de Leitura, um para cada aluno;
 - Livro de Matemática, um para cada aluno;
 - Livro de Exercícios de Escrita, um para cada aluno.
- Livro "Quem lê vai longe", um para cada aluno;
- Fascículos do Programa Tecnologia da Escassez;
- Livro "O PAF: a saúde, a cultura, o trabalho";
- Jogos didáticos: bingo de números, dado, bingo de palavras, quadra, sílabas mágicas, memória de números;
- Jornal Mural;
- Jornal Rural.

É oportuno acrescentar que o Programa de Alfabetização Funcional é oferecido aos alunos sob várias formas, que procuram atender a características específicas da clientela, extremamente diversificada. As principais modalidades desenvolvidas são:

- PAF/normal, conduzido em sala de aula, por um alfabetizador, para classes de, em média, vinte alunos. O alfabetizador é remunerado por aluno-programa, que é o aluno efetivamente presente no 4º mês do curso.
- PAF/bolsão, modalidade do PAF normal conduzida nos municípios onde o número de analfabetos permanece elevado; difere do anterior exclusivamente quanto à forma de remuneração do

alfabetizador, que é fixa por classe, independente do número de alunos que a compõe.

- PAF/RAP (recuperação ao longo do processo), onde o alfabetizador dá, por semana, duas horas adicionais, para orientar os alunos que não estão acompanhando satisfatoriamente o processo. A remuneração do alfabetizador é igual a do PAF/bolsão.
- PAFET (Programa de Alfabetização Funcional e Educação para o Trabalho) onde o aluno, além de ser alfabetizado, é treinado para o exercício de atividades simples, o que permite sua imediata integração no mercado de trabalho. O alfabetizador recebe por aluno-programa.
- PAPEG (Programa de Alfabetização para Pequenos Grupos), onde o alfabetizador recebe uma remuneração fixa por aluno alfabetizado.
- PAF/entidade, quando o programa é conduzido exclusivamente para servidores de alguma empresa ou membros de alguma entidade, que podem arcar total ou parcialmente com a responsabilidade de remunerar o alfabetizador que recebe por aluno-programa.
- PAF/Via Rádio, quando o Programa de Alfabetização Funcional é conduzido através uma série de emissão radiofônicas. Tem várias modalidades, que variam desde a recepção organizada, a recepção controlada, até a recepção isolada. A recepção organizada é feita em sala de aula, com monitor, que debate com os alunos o programa ouvido. Na recepção controlada os alunos podem ouvir o programa em suas casas, mas devem procurar o monitor para complementar o processo de aprendizagem. Na recepção isolada, não existe monitor, mas os alunos são incentivados a procurar conhecidos e amigos, a quem devem pedir orientação, ou colegas, com quem devem trocar idéias. Quando há monitor, ele recebe como no PAF/bolsão.
- PAF/TV, onde o Programa de Alfabetização Funcional é conduzido através uma série de emissão de televisão. Pode ser conduzido nas mesmas modalidades de recepção organizada, controlada ou

individual que são usadas no PAF via rádio. A remuneração do monitor também é fixa.

- PAF/miniclasses, para classes de menos de dez alunos; sua única diferença do PAF/bolsão é que o alfabetizador recebe a metade da gratificação paga ao alfabetizador do PAF/bolsão.
- PAF/PES, onde o processo de alfabetização é conduzido pelo monitor do Programa de Educação Comunitária para a Saúde, e em paralelo com os conteúdos específicos deste programa.
- PAF/Saúde, Cultura e Trabalho, onde o processo de alfabetização é conduzido simultaneamente com a transmissão de conteúdos específicos das áreas de Saúde, Cultura geral e Trabalho, com maior ênfase do que no PAF/normal.
- Campanha Leitor Faz Leitor, que é um processo de alfabetização individual, onde o monitor voluntário recebe um conjunto de alfabetização e instruções para que possa orientar seu aluno: ao final do processo o aluno é encaminhado à Comissão Municipal, que verificará sua aprendizagem.

SEÇÃO VI - PESQUISA PARA PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO

- A - ÁREAS PRIORITÁRIAS IDENTIFICADAS PARA A PESQUISA
- B - PESQUISA E ESTUDOS: JÁ REALIZADOS E EM ANDAMENTO.
ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A PESQUISA
- C - ENFOQUES E MÉTODOS UTILIZADOS. ORGANIZAÇÃO, GERÊNCIA E CUSTOS
- D - UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS
- E - PESQUISAS PROPOSTAS PARA O FUTURO

A - ÁREAS PRIORITÁRIAS IDENTIFICADAS PARA A PESQUISA

O Setor de Pesquisa (SEPES) do MOBRAL tem atendido, prioritariamente, a área de Alfabetização Funcional. No entanto, como já vimos nas seções anteriores, é difícil, às vezes, separar a Alfabetização Funcional dos demais programas do MOBRAL, uma vez que a entidade é responsável pela Educação Permanente de Adolescentes e Adultos, no Brasil, e que as áreas de atuação de todos os programas possuem setores e interesses comuns.

De um modo bastante amplo, podemos dizer que as pesquisas que interessam à alfabetização abrangem, principalmente, as seguintes áreas:

- conhecimento das populações envolvidas no Programa de Alfabetização Funcional, sobre os vários aspectos que possam interessar à condução do processo, inclusive quanto a suas diferenças regionais: adultos analfabetos, alunos conveniados, alfabetizadores, supervisores;
- resultados obtidos pelas diferentes formas de aplicação do Programa de Alfabetização Funcional e sua comparação entre si e com resultados obtidos por outros programas e entidades, especialmente o ensino formal;
- conseqüências que a alfabetização acarreta para os ex-alunos do Programa de Alfabetização Funcional, principalmente sob os aspectos econômico e social;
- conhecimento sobre os elementos voluntários que formam as Comissões Municipais do MOBRAL e de sua atuação efetiva.

B - PESQUISAS E ESTUDOS JÁ REALIZADOS E EM ANDAMENTO.
ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A PESQUISA

1. Pesquisas Realizadas e não Publicadas

- 1.1. Pesquisa de Opinião MOBRAL/Universidade
- 1.2. Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC/Estudo e Acompanhamento da Fase Experimental
- 1.3. A Construção e Validade de Um Teste Com Referência a Critério Para Medir as Competências Básicas de Leitura e Escrita Para o PAF do MOBRAL
- 1.4. Follow-up do Aluno do Programa de Alfabetização Funcional
- 1.5. Desempenho do Aluno das Classes de Alfabetização Funcional - Influência da Percepção
- 1.6. Desempenho do Professor das Classes de Alfabetização Funcional - Influência da Percepção
- 1.7. Dispendios dos Municípios Paulistas em Educação
- 1.8. O Papel Sócio-Econômico das Mulheres Chefes de Família
- 1.9. Unidade de Produção Familiar na Agricultura e Educação - Primeira Parte: Da Terra e a Educação
- 1.10. O Cavalo dos Outros - Um Estudo Sobre a Categoria Social Educação e os Alunos do Programa de Alfabetização Funcional do MOBRAL.

2. Pesquisas Realizadas e Publicadas

- 2.1. O Professor de Adultos - Subsídios Para Uma Formação Adequada
- 2.2. A Clientela do MOBRAL - Suas Características
- 2.3. Níveis de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros
- 2.4. A Orientação Educacional e o Ensino Supletivo Estadual da Guanabara

- 2.5. Identificações de Eventos Reforçadores - Para Adultos de Escolaridades Tardias
- 2.6. Análise do Nível Operatório do Adulto Analfabeto
- 2.7. Interferência de Uma Segunda Língua na Aprendizagem da Escrita
- 2.8. Subsídios Para Avaliação do Programa de Alfabetização Funcional na Região Nordeste
- 2.9. Congruências Entre as Atividades Formais e Reais das Comissões Municipais do MOBREAL
- 2.10. Línguas em Contato - Interferência na Aprendizagem da Escrita
- 2.11. Caracterização dos Alunos de Programa de Alfabetização Funcional
- 2.12. Programa de Alfabetização Funcional na Região Sudeste - Subsídios Para Avaliação
- 2.13. Aspectos da Variação Fonológica na Fala do Mobralense no Rio de Janeiro
- 2.14. Pesquisa Exploratória do Programa de Alfabetização Funcional Via Rádio
- 2.15. Estudo Exploratório Sobre os Critérios de Avaliação do Alfabetizador no Estado do Maranhão
- 2.16. Competências Básicas do Português
- 2.17. Alfabetização dos Pais e Educação dos Filhos
3. Pesquisas Realizadas, em Fase de Publicação
 - 3.1. Construção e Pré-Teste de Uma Bateria de Testes de Leitura, Escrita e Cálculo
 - 3.2. Estudo e Acompanhamento do Programa de Autodidatismo - Fase Experimental

4. Pesquisas em Realização

- 4.1. O Programa de Alfabetização Funcional no Estado de São Paulo - Subsídios Para Avaliação
- 4.2. Estudo do PAF nas Regiões Nordeste e Sudeste
- 4.3. A Ação do Programa de Alfabetização Funcional Através dos Alfabetizadores
- 4.4. Análise dos Erros Ortográficos Cometidos Pelos Alunos do Programa de Alfabetização Funcional
- 4.5. O Mobralense e o Domínio do Léxico
- 4.6. Avaliação do Programa de Educação Comunitária Para a Saúde
- 4.7. Avaliação da Influência da Educação Comunitária Para a Saúde no Controle da Esquistossomose
- 4.8. Estudo da Imagem do MOBREAL
- 4.9. Avaliação do Programa de Alfabetização Funcional Pela TV
- 4.10. Relação das Deficiências nas Áreas de Psicomotricidade, Atenção, Percepção e Inteligência Com Dificuldades da Escrita
- 4.11. Análise dos Resultados da Campanha Leitor Faz Leitor
- 4.12. Avaliação do Autodidatismo 1979
- 4.13. Avaliação do PEI 1979
- 4.14. Representações da Maternidade
- 4.15. Avaliação do Plano de Diagnóstico Municipal
- 4.16. Caracterização dos Frequentadores dos Postos Culturais
- 4.17. Perfil do Aluno e do Monitor do PETRA
- 4.18. Categoria Social Trabalho
- 4.19. Competência Compreensiva Escrita das Populações Urbanas Marginalizadas: Padrões Pressupostos X Padrões Reais
- 4.20. Avaliação Global do MOBREAL

- 4.21. Manual de Jogo
- 4.22. Análise dos Discursos do Material Didático do Programa de Autodidatismo
- 4.23. Avaliação do Autodidatismo
- 4.24. Estudo sobre MOBREALTECAS
- 4.25. Educação e Motivação no Meio Rural - (Bahia)
- 4.26. Estudo Comparativo: Educação e Unidade de Produção Familiar
- 4.21. Pesquisa de Avaliação do Programa da Tecnologia da Escassez

5. Testes de Mestrado: Publicadas

- 5.1. Avaliação da Experiência Maranhense de TV Educativa
- 5.2. Ementário da Legislação Federal Referente à Educação de Adultos no Brasil (anexo à tese de mestrado)

C - ENFOQUES E MÉTODOS UTILIZADOS. ORGANIZAÇÃO, GERÊNCIAS E CUSTOS

As pesquisas, no MOBREAL, são conduzidas sob a orientação do Setor de Pesquisas (SEPES), subordinado diretamente à Secretaria Executiva.

A equipe do Setor de Pesquisa conta, atualmente, com quatorze pesquisadores e dez auxiliares de pesquisa.

No ano corrente, o SEPES conta com uma verba de CR\$ 4.300.000,00 (cerca de US\$ 86.000,00) para arcar com os custos das pesquisas programadas. Não se incluem neste total os salários pagos aos técnicos lotados no SEPES, mas se incluem todas as demais despesas, inclusive diárias e passagens pagas quando há necessidade de deslocamento para fora do Rio de Janeiro. As pesquisas realizadas sobre o PAF dão prioridade às regiões Norte e Nordeste do Brasil, que são as mais pobres e onde se encontram os maiores contingentes de analfabetos. As abordagens são bem variadas, sendo desenvolvidos estudos quantitativos, com abordagens estatísticas, antropológicas, sociológicas, pedagógicas, psicológicas e lingüísticas.

A apuração e tabulação dos resultados pode ser feita manualmente (para amostras pequenas) ou com utilização de computador eletrônico. Neste último caso pode ser utilizado o sistema da Gerência de Informática, ou contratados os serviços de outras empresas especializadas. Neste último caso, os serviços de computação eletrônica serão incluídos no total monetário acima mencionado. Naquele total também estão incluídos os custos de publicação das pesquisas.

O MOBREAL também financia, total ou parcialmente, pesquisas feitas por outras instituições ou pessoas que não pertençam a seus quadros, desde que visem assunto de interesse da organização e que tenham sido aprovados antecipadamente. Neste caso, o financiamento sairá do total financeiro acima mencionado.

Estão também disponíveis e são utilizados os resultados de pesquisas feitas por outros órgãos, principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela

Fundação Getúlio Vargas e pelas principais Universidades do país.

Pesquisas estrangeiras também estão disponíveis, mas sua utilização é cautelosa, pela grande dificuldade em adaptar seus resultados às condições locais.

D - UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS

A condução das diversas modalidades do Programa de Alfabetização Funcional terá se beneficiado dos resultados das pesquisas pertinentes, principalmente nas áreas de mobilização e avaliação da aprendizagem. Também se têm acumulado informações preciosas sobre as conseqüências da alfabetização para os alunos do MOBREAL, bem como sobre o discutido problema da regressão ao analfabetismo.

É importante deixar bem claro que o MOBREAL utiliza-se, e bastante, das pesquisas, para reorientar suas ações. Mas que nunca ficou na dependência de pesquisas demoradas para implantar estas ações. É contra sua filosofia de ação implantar programas por meio de experiências piloto ou apoiando-se em planejamentos minuciosos e demorados, por vários motivos:

- as experiências piloto são quase sempre muito demoradas e não se concluem a tempo para que seus resultados possam ser aplicados, pois se perde a oportunidade política para sua implantação;
- as circunstâncias do universo, principalmente num país continental, como o nosso, são tão diversificadas, que as conclusões obtidas em experiências localizadas não podem ser generalizadas com bons resultados;
- implantando-se as ações já em sua dimensão definitiva, a análise dos acertos e erros serve para realimentar estas ações e corrigir as deficiências e as distorções que vão sendo encontradas e que talvez não tivessem aparecido, ao menos em sua maioria, na experiência piloto, principalmente aquelas devidas à escala do empreendimento, e as de cunho eminentemente regional.

Como já vimos, o MOBRAL reorienta a sua atuação no sentido de diminuir a ênfase na Alfabetização Funcional, uma vez que a erradicação está sendo alcançada, para se concentrar em outras atividades de Educação Permanente, sob o enfoque de Educação Comunitária. É certo que a Alfabetização não será abandonada, pois nosso contingente de analfabetos ainda é expressivo (mais de sete milhões, em meados de 1980), mas nas regiões onde o índice de analfabetismo já alcançou taxas pequenas, outros programas serão enfatizados, sempre em obediência à livre escolha das comunidades.

Seguindo esta orientação, as pesquisas relacionadas com a alfabetização deverão ser, prioritariamente, aquelas que abordarem aspectos da adequação das diferentes modalidades do Programa de Alfabetização Funcional aos Programas de Educação Comunitária.

SEÇÃO VII - SUMÁRIO E CONCLUSÕES

EXPERIÊNCIAS, LIÇÕES, PERSPECTIVAS, SUGESTÕES

Em 8 de setembro de 1980 o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, estará completando dez anos de efetiva atuação. Como vimos nas seções anteriores, esta atuação consubstanciou-se na área de Educação Permanente, sob várias formas, dentre as quais ressaltou, como prioritária, a Alfabetização Funcional. Esta prioridade obedece a razões: estratégicas, uma vez que era muito mais fácil iniciar-se um movimento de Educação Permanente pelo atendimento a uma carência cuja consciência estava profundamente enraizada na nação brasileira; econômicas, pois o elevado índice de analfabetismo dificultava a preparação de mão-de-obra especializada para atender à crescente demanda provocada pelo acelerado processo de desenvolvimento econômico então em curso; sociais; uma vez que se orientava para as camadas mais carentes da população brasileira; conjunturais, pois fazia parte de um esforço global do governo no sentido de elevar as condições de vida de nossa população; educacionais, porque a alfabetização é condição indispensável para que etapas posteriores do processo educativo fiquem mais facilmente do alcance das pessoas; históricas, porque atendia a um anseio mais do que secular da nação brasileira.

É fundamental, no entanto, para bem compreender a atuação do MOBRAL, conhecê-la como um todo, como um leque de ofertas educacionais que se interrelacionam e se complementam. A Alfabetização Funcional, conduzida como atividade isolada, sem estar inserida dentro de um processo muito mais amplo de Educação Permanente, nos parece de pouca valia para obter o crescimento do homem através da educação. Mais do que uma conclusão oriunda de nossa atuação, esta foi uma premissa que norteou nossas atividades, ao longo destes dez anos.

Erramos e acertamos muito. Usamos os erros para corrigir nossos procedimentos e acertos para confirmar nossas soluções. Nunca exitamos em tentar abrir caminhos onde a experiência anterior era inexistente ou de qualidade duvidosa. Nossas soluções sempre foram usadas - o MOBRAL sempre pensou grande.

O Brasil é um país que tem pressa - muita pressa. Estamos muito atrasados e precisamos descontar esse atraso, queimar etapas, se queremos nos aproximar dos que atualmente ocupam os primeiros lugares. A atuação do MOBRAL reflete esta situação sobre vários

aspectos:

- As ações do MOBREAL são sempre ação de massa: o Brasil já ultrapassou os 120 milhões de habitantes e tudo o que se fizer em termos de educação só terá significado se a unidade de medida dos resultados quantitativos for o milhão de pessoas. Caso contrário, poderão ser experiências úteis e altamente significativas, sob o ponto de vista conceitual, mas que pouco representam para o país, como um todo. As soluções do MOBREAL só serão compreendidas quando encaradas sob a ótica, de que ele é um programa educacional de massa.

- As ações do MOBREAL têm que ser baratas. Procedimentos individualmente caros, quando multiplicados por clientelas gigantescas, como as nossas, atingem cifras proibitivas, principalmente para países ainda pobres, como o nosso. As carências de grande parte de população brasileira, as grandes necessidades de investimentos de infra-estrutura, a obrigação de pelo menos manter o nível de empregos com um crescimento demográfico a altas cifras, são alguns dos aspectos de uma realidade social que torna irreal contar com recursos vultuosos para atender aos problemas educacionais, a curto prazo. Por isso, nossas soluções têm que ser compatíveis com as escassas disponibilidades financeiras que têm sido e certamente continuarão a ser uma tônica de nossa atuação.

Este é o resumo das características mais marcantes de nossa atuação: grande rapidez, grandes quantidades e baixos custos. Parecia impossível mas foi feito.

Foi feito porque o MOBREAL não enfrentou o problema educacional brasileiro pelo processo tradicional, de cima para baixo. Se o tivesse tentado, a partir de um órgão gigantesco e centralizado, certamente teria fracassado, como fracassaram todos os que o tentaram, antes. Ao contrário, o MOBREAL procurou o apoio das comunidades, para juntamente com elas equacionar seus problemas e buscar soluções viáveis para eles.

A Educação Permanente, no MOBREAL, foi sempre entendida e conduzida como Educação Comunitária, da qual a comunidade participava em todas as etapas do processo, desde o diagnóstico até a busca de soluções, sua implantação e operacionalização. A

célula básica da atuação do MOBREAL, a Comissão Municipal, é, sob todos os aspectos, um organismo comunitário. Ele nem faz parte da estrutura organizacional de Fundação; seus membros são voluntários não remunerados, livremente escolhidos pela comunidade ou por seus representantes. A Comissão Municipal e o MOBREAL firmam convênios, como entidades autônomas e independentes que são, para a operacionalização das atividades educacionais que a comunidade decidiu serem de seu interesse. A alfabetização foi, durante esses dez anos, a atividade prioritária do MOBREAL, porque as comunidades brasileiras em sua esmagadora maioria, entendiam o problema do analfabetismo como problema educacional prioritário.

A partir do segundo semestre de 1980, quando a maioria dos estados brasileiros terá conseguido reduzir seu índice de analfabetismo abaixo de 10%, é certo que a prioridade da ação educativa do MOBREAL se deslocará para outras áreas: cultura, profissionalização, saúde, lazer, saneamento básico, ensino de primeiro grau, etc. Já vem o MOBREAL nelas trabalhando, há bastante tempo.

A ação do Novo MOBREAL dará ênfase às metodologias de conscientização e de mobilização comunitárias, para tornar as pessoas cada vez mais participativas. A Ação Comunitária será conduzida no sentido de mostrar às pessoas sua responsabilidade social, seu papel como integrantes de uma comunidade: papel que tem que ser desempenhado ativamente por cada um, sob pena de se alienar, em favor de grupos minoritários e pouco representativos, as prerrogativas de decidir sobre os problemas de todos. Uma sociedade aberta, livre e democrática, exige como condição primeira para sua existência que os cidadãos que a compõem participem, ativa e efetivamente, de sua vida. Este é o propósito último da Educação Comunitária do MOBREAL: motivar todos os brasileiros para que participem da vida de suas comunidades e garantia pela educação que esta participação se faça cada vez de modo mais consciente e efetivo. Sabemos que a Educação, sozinha, não pode operar milagres: ela não será nunca, a solução isolada para todos os problemas sociais.

Mas estamos absolutamente seguros de que sem o concurso da Educação, qualquer solução tentada para os problemas sociais será sempre uma solução parcial, de curto alcance, e não

duradoura no tempo, em resumo, uma solução destinada ao fracasso.

A experiência do MOBRAL como órgão de educação de massa é substancial. Nossa atuação, nestes dez anos, e os resultados que obtivemos, o atestam. Não julgamos, no entanto, que ela possa ser transplantada para outros países, onde as condições serão diferentes das que existem no Brasil. Do mesmo modo como não encontramos nenhum modelo estrangeiro que pudesse ser aplicado em nosso país, também cremos que simplesmente repetir o que no Brasil obteve sucesso não garantirá a reprodução deste sucesso, em outros lugares. No entanto, é com profunda humanidade que oferecemos nossa experiência para ser estudada, analisada, criticada, na certeza de que daí poderão advir conclusões extremamente úteis para países que empenham problemas educacionais semelhantes aos nossos.

Na certeza de que a humanidade é uma só de que somos todos irmãos; na certeza de que não é possível manter por muito tempo ilhas de prosperidade num mar de subdesenvolvimento; na certeza de que a ignorância e a pobreza são irmãos, e de que ambas são inimigas da felicidade: é que o MOBRAL oferece a todos a sua experiência, na esperança de contribuir, com pouco que seja, para uma vida humana mais feliz e para uma ordem universal mais justa.

BIBLIOGRAFIA

- CORRÊA, Arlindo Lopes - Educação de Massa e Ação Comunitária - MOBREAL - AGGS - Rio de Janeiro.
- CONJUNTURA ECONÔMICA - 27 Anos de Economia Brasileira - Vol. 29 n° 1 - Janeiro de 1975 - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1978 - Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- CONJUNTURA ECONÔMICA - Vol. 33 n° 12 (dezembro 79); Vol. 34 n° 2 (fevereiro 80) e n° 4 (abril 80) - Revista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro.
- DOCUMENTO BÁSICO - MOBREAL - 1973.
- DOCUMENTO BÁSICO - MOBREAL 1975.
- ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO AO ALFABETIZADOR - MOBREAL - GEPED - 1979.
- ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL - Textos para Treinamento - MOBREAL - GEPED.
- MATERIAL DE TREINAMENTO - Grupo de Apoio - Alfabetização Funcional - MOBREAL - GEPED.
- O MOBREAL E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS - Roteiro de Alfabetização - MOBREAL - GEPED.
- MOBREAL - RELATÓRIO 1979.
- MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO - MOBREAL - ASSOP
- EVOLUÇÃO DA ÁREA DE INFORMÁTICA - MOBREAL - GEFOR - 1979.

UMA PUBLICAÇÃO

GERAP/SEDIN

PRODUÇÃO

GE.COM/SEAR



Ministério da Educação e Cultura — MEC
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL